



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Cecília de Miranda Schubsky

“JB: Uma Releitura do “Popularíssimo”

Rio de Janeiro
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo propor uma releitura do papel do *Jornal do Brasil* como órgão de imprensa que estava inserido nos debates políticos e econômicos que estavam ocorrendo no Brasil entre os anos de 1949 e 1950.

O período estudado apresenta como principais características contextuais: o fim da Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Fria, o processo de redemocratização do país e os debates referentes à segurança nacional, que terá como foco, a questão do petróleo. As fontes privilegiadas são os editoriais e artigos produzidos no *Jornal do Brasil* durante este período, que serão analisados sobre três aspectos: a defesa de uma proposta de exploração do petróleo que propugnava a participação de capitais norte-americanos, o discurso defendido pelo JB em relação a esta questão e os artigos que se estruturaram em defesa de um alinhamento político com os EUA, repúdio ao comunismo.

Palavras Chave: Imprensa, Jornal do Brasil, Comunismo, Guerra Fria, Petróleo, Nacionalismo e Segurança Nacional.

Abstract:

The objective of this work is to make a reread of the *Jornal do Brasil*, as organ of press that was inserted us economic and political debates that were occurring in Brazil between the years of 1949 and 1954. The period studied presents as main characteristics: the end of the Second World War, the beginning of the Cold War, and the redemocratization of the country and the debates regarding national security, that will have like focus the question of the oil. The springs privileged saints the editorial and articles produced in the *Jornal do Brasil* during this period, that will be analyzed about three aspects: the defense of a proposal of exploitation of the oil with the participation of American capitals, the talk defended by the JB regarding this question and the articles that were structured in defense of a political alignment with the U.S.A., repudiation to the communism.

Key Words: Press, Jornal do Brasil(Brazilian Newspaper), Communism, Cold War, Oil, Nacionalism National Security.

Sumário:

Agradecimentos	004
Introdução	005
1 - A imprensa no Brasil	
1.1 - A Imprensa e os intelectuais	010
1.2 - Fazer Imprensa: o modelo Brasileiro	017
1.3 - Imprensa, política e economia	020
1.4 - O Jornal do Brasil: Breve Histórico de Sua Evolução	028
1.5 - O Jornal do Brasil como um jornal de vanguarda e de oposição	028
1.6 - A Gestão Mendes e Cia.	032
1.7 - A Gestão do Conde Pereira Carneiro	035
1.8 - A Reestruturação econômica do jornal e a definição de um projeto	039
2 - A Questão do Petróleo: As diferentes propostas de exploração	
2.1 - O Petróleo no Brasil	048
2.2 - A Tese Horta Barbosa	060
2.3 - A Questão do petróleo, segundo o general Juarez Távora	066
2.4 - A Posição assumida pelo Jornal do Brasil	069
3 - Além da Campanha do Petróleo	
3.1 - A Guerra Fria e a política externa brasileira	078
3.2 - Além da Campanha do Petróleo: o Jornal do Brasil e a construção de uma opinião nacionalista	085
Conclusão	097
Fontes	101
Bibliografia	102

Agradecimentos:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que tem sido parte de minha vida nos últimos anos e, em especial ao Departamento de Pós-Graduação de História que sempre ofereceu aos alunos o apoio necessário para a realização das atividades acadêmicas.

Agradeço à Professora Eliane Garcindo Sá, pelo incentivo, acompanhamento e principalmente pela sua orientação e paciência. Os anos sob sua orientação foram fundamentais para este trabalho.

À Professora Marieta de Moraes Ferreira pela honra que me concede lendo este trabalho.

Ao Professor Orlando de Barros sempre atento e solícito, a quem admiro e com quem muito aprendi.

À minha mãe e ao meu padrasto pelo carinho, pela paciência e pelas caronas para a entrega dos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2006.

Cecília de Miranda Schubsky

INTRODUÇÃO:

O objetivo deste trabalho é o de promover uma releitura do *Jornal do Brasil*, no início dos anos 50, identificando a postura política adotada pelo jornal durante a Campanha do Petróleo.

A postura adotada pelo jornal está relacionada a um alinhamento continental com os EUA, um repúdio ao comunismo, identificado com a linha assumida pelo jornal.

Com o fim da Segunda Guerra, o mundo entra em uma nova fase na qual o Brasil precisa afirmar seu papel junto ao bloco econômico capitalista, no âmbito da Guerra Fria.

Questões como o desenvolvimento econômico, a entrada de capitais estrangeiros, a exploração de nossos recursos naturais e a segurança nacional, passam a ocupar um papel de destaque junto à imprensa brasileira.

Inserida neste debate, a questão da exploração do petróleo passa a ocupar um papel privilegiado nestas discussões, que contaram com a imprensa como seu principal meio de divulgação.

O início dos anos 50 corresponde ao último período do chamado jornalismo literário, que estava ligado ao modelo francês de fazer imprensa.

A partir de 1956, a imprensa passa por uma verdadeira reforma; os jornais finalmente se tornam empresas jornalísticas, com capacidade de se sustentarem. Técnicas modernas como o “*lead*” e o fotojornalismo são introduzidos nas redações.

O *Jornal do Brasil*, juntamente com o *Diário Carioca*, o *Última Hora* e a *Tribuna de Imprensa*, que foram os pioneiros neste processo de transformação da

imprensa, criou neste período as condições necessárias para que essas transformações ocorressem a partir de 1956.

As reformas que ocorreram nestes jornais, causaram grande impacto na imprensa brasileira, mudando radicalmente a maneira de se fazer imprensa no Brasil. No entanto, este trabalho pretende observar o *Jornal do Brasil* no período anterior ao da reforma - em especial os anos que a antecederam.

Durante muito tempo, a história da imprensa foi relegada a segundo plano pela historiografia, o que vem sendo corrigido com uma produção historiográfica atual sem que no entanto, se esgotem as possibilidades de análise.

Contamos com importantes trabalhos que servem como ponto de partida para este estudo: A História da Imprensa no Brasil de Nelson Werneck Sodré, que embora seja uma obra geral nos forneceu dados importantes referentes ao tema, bem como os trabalhos de: Marco Morel, Marieta de Moraes Ferreira, Alzira Alves de Abreu e Cristiane Castro.

No entanto, são poucos os trabalhos que tratam do *Jornal do Brasil*, e os que existem costumam observá-lo, tão-somente, sob o ponto de vista de sua reforma. Essas publicações têm como característica principal o fato de que elas vão se concentrar principalmente nos aspectos referentes às transformações internas do jornal.

Boa parte destes artigos está centrada na autoria da reforma do jornal e no papel que os novos jornalistas assumiram com o jornal durante a reforma. Esses trabalhos, conforme foi dito por Marieta de Moraes Ferreira, observam principalmente os aspectos formais da reforma.¹

¹ FERREIRA, Marieta de Moraes, A Reforma do Jornal do Brasil. In: Abreu, Alzira Alves de (org) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1996.

Concentradas na Reforma, essas análises não abordam de maneira detalhada um dos aspectos importantes do histórico do JB: o do período anterior a esse processo de transformações, qual seja, o período referente à primeira metade da década de 50; época em que o *Jornal do Brasil* era conhecido como o “*Popularíssimo*”.

Este apelido pejorativo dado ao JB por outros órgãos de imprensa na década de 50 foi amplamente difundido, o que gerou uma interpretação reduzida deste jornal. Dessa desqualificação do jornal, pode sugerir um caminho de observação.

A linguagem agressiva era um elemento comum na imprensa deste período. Os jornalistas se utilizavam constantemente de apelidos para atacar estes ou aqueles elementos ou indivíduos: seja um grupo político, o governo ou até mesmo um jornal. Com isso, devemos considerar que apelidos como “*popularíssimo*” ou “*jornal das cozinheiras*” para designar o JB possam indicar recursos de uma polêmica justificada pela repercussão do jornal.

É preciso observar novamente o JB dentro de um contexto da imprensa carioca, bem como das transformações que estavam ocorrendo na sociedade naquele momento.

Deve-se ressaltar que este é um momento em que a sociedade brasileira se encontra em um período de transição, onde os projetos de nação são apresentados à população através das páginas dos jornais. A influência cultural norte-americana está cada vez mais presente no imaginário da classe média carioca (influência esta que está muitas vezes associada a um medo do imperialismo) e a economia apresenta uma demanda por transformações.

A necessidade de substituição das importações, que foi observada principalmente durante o período da guerra, determinou que houvesse uma

diversificação da atividade produtiva e uma maior intervenção do Estado na economia. A necessidade de modernização se refletiu na transformação das chamadas elites intelectuais. Verificou-se uma ascensão de intelectuais de formação técnico-científica para se contrapor aos de tradição jurídico-humanista. O teatro, o cinema, o rádio e a televisão, o disco, as editoras e a publicidade começaram a dar os primeiros passos de se reestruturar para atender a uma demanda de uma indústria de massa.

A publicidade que estava se fortalecendo principalmente neste período e foi outro fator fundamental para essas transformações, já que, graças a ela, os jornais conseguiram conquistar uma autonomia econômica que eles não possuíam até então. Por conta dessa autonomia, diminuíram os laços da dependência política da imprensa com o Estado.

Essas mudanças que a sociedade brasileira enfrenta neste momento podem ser percebidas nas páginas do JB, que vai apresentar novas idéias ainda sob o ponto de vista da imprensa tradicional.

O estudo resulta da análise de editoriais e artigos escritos no *Jornal do Brasil* entre os anos de 1949 e 1954. A observação dos editoriais e dos artigos publicados lado a lado a estes editoriais nos permitiu ter acesso à postura ideológica defendida por este periódico.

O primeiro capítulo tem como objetivo refletir sobre “*as raízes*” da imprensa brasileira, tendo em vista uma revisão historiográfica dos principais autores que tratam do tema da imprensa e da história do JB. Para entendermos como este jornal se estruturou ao longo de sua trajetória, vamos observar determinados aspectos como: a maneira como as notícias eram apresentadas, quem eram os colaboradores do jornal, como ele se mantinha do ponto de vista econômico, quem eram seus

leitores e, principalmente, qual a imagem que os jornalistas deste jornal tinham com a imprensa.

O segundo capítulo se detém na análise de um dos acontecimentos mais marcantes do período: a questão do petróleo. Os debates da exploração do petróleo tiveram na imprensa um local privilegiado para a divulgação das diferentes propostas referentes ao tema. Foram utilizados como fontes, as principais produções referentes ao tema do petróleo, bem como os artigos publicados no JB que nos permitem reconstruir a proposta de exploração defendida pelo jornal.

O terceiro capítulo trata de observar a postura do JB em face à defesa de uma exploração centrada na participação de capitais norte-americanos. Utilizando como fonte os artigos publicados no jornal, pretendo demonstrar a profundidade dos debates que estavam ligados ao jornal.

Neste capítulo, notamos a presença da construção de um pensamento político que entendia a soberania nacional sob a perspectiva de um alinhamento continental com os EUA, bem como um repúdio ao comunismo. Esse transbordamento da questão do petróleo tem como objetivo demonstrar que o JB construiu um pensamento político próprio, que estava relacionado aos principais acontecimentos do país neste período.

Esse trabalho visa propor uma nova abordagem para a reflexão do JB no período de 1949 até 1954.

PRIMEIRO CAPÍTULO

“O jornalismo é a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções”. Machado de Assis²

1 – A IMPRENSA NO BRASIL

1.1 – A Imprensa e os intelectuais

O jornalismo começou a se consolidar no Brasil por volta de 1821 quando D. João VI assinou um decreto que suspendia provisoriamente a censura prévia para a imprensa, o que propiciou um verdadeiro crescimento da palavra impressa no Brasil. Neste momento não temos ainda uma imprensa periódica propriamente dita; o número de periódicos ainda era pequeno, a imagem de um jornal era a de um instrumento de divulgação de opiniões. Houve, durante o primeiro Reinado, uma grande proliferação de manifestos, brochuras, denúncias e declarações, que serviam como uma alternativa ao jornal.³

Estes impressos, bem como os poucos jornais que existiam, eram instrumentos políticos cujo objetivo era mobilizar os leitores para a defesa dos ideais políticos dos seus escritores, de grupos políticos que imprimiam esses tipos de impressos para divulgar suas idéias e do próprio governo.

² ASSIS, Machado de in. Costa, Cristiane. Pena de Aluguel: Escritores jornalistas no Brasil de 1904 –2004. São Paulo, Companhia das Letras. 2005. pp33.

³ Morel, Marco: Palavra imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, DpeA, 2003.

Os impressos tinham como função divulgar idéias. Muito mais do que as notícias, eles eram verdadeiros instrumentos panfletários e pedagógicos: as publicações eram impressas com a utilização de uma estrutura simples, quase artesanal, assim como ocorria no resto do mundo. A imprensa brasileira já nasceu com um papel de formador de opinião pública. No Rio de Janeiro, abundavam folhetins e periódicos.

No final do século XIX, algumas alterações começaram a ocorrer na estrutura destes impressos: surgiram equipamentos capazes de produzir um número maior de exemplares - a imprensa ia abandonando seu caráter artesanal. O Brasil acompanhou a tendência mundial de industrialização da imprensa, com a introdução das máquinas rotativas.

Reduziu-se o número de publicações avulsas (como os panfletos e os manifestos) e o jornal como um empreendimento individual, com publicações isoladas, foi sendo substituído por grupos capazes de fazer face aos investimentos necessários para a compra de máquinas que permitiram o aperfeiçoamento técnico da imprensa com a impressão de mais exemplares por hora.

Estes jornais maiores não podiam ainda ser chamados de empresas jornalísticas, uma vez que este conceito do jornal enquanto uma empresa só iria se consolidar em meados dos anos 50, a partir da introdução de um conceito norte-americano de fazer imprensa.

Paralelamente, a imprensa brasileira tinha, nos seus primórdios, como características principais o seu caráter político e a dependência econômica.

A imagem que se tinha do jornal era a de um instrumento de divulgação de opiniões e não o de um elemento capaz de fornecer lucro aos jornalistas.

Um jornalista dificilmente conseguiria se manter com o salário pago por um jornal. Cristiane Costa demonstra que até mesmo os mais famosos escritores eram obrigados a se dividir por vários órgãos de imprensa.⁴

Isso nos leva a uma reflexão sobre o papel do jornalismo na vida destes escritores. Vamos nos deparar com um questionamento que já preocupava os escritores desde o início dos anos de 1900: o jornalismo seria uma legitimação do escritor, uma maneira de divulgação ou ele prejudicaria sua arte? Para tentar entender esta questão nos voltamos para os trabalhos de Cristiane Costa e Nicolau Svecenko⁵.

Cristiane Costa demonstra que o questionamento do papel do homem de letras não é novo. Em 1904, o jornalista e escritor João do Rio criou um questionário, que foi endereçado a vários escritores, onde ele tenta mensurar o impacto da imprensa sobre a literatura, tendo em vista, principalmente, a opinião dos escritores sobre o prejuízo que causaria a arte.

A autora conclui que não existe uma resposta única, cada momento literário, e cada jornalista tem os seus próprios dilemas. Nos anos 20, os escritores que criticavam o jornalismo por seu prejuízo à arte, muitas vezes tinham em mente a idéia romântica do escritor como um ser inteiramente dedicado a escrever; a idéia do poeta “*morrendo de fome*” em nome de seus ideais. No entanto, o advento da imprensa deu ao literato um emprego.

Com isso, ela considera que a imprensa desempenhou um papel para os escritores. Diz ela:

“O jornalismo costuma a ser a porta de entrada, a forma de divulgação e até a instância de consagração de seus nomes. No

⁴ COSTA, Cristiane. Pena de Aluguel: Escritores jornalistas no Brasil de 1904 – 2004. São Paulo, Companhia das Letras. 2005.

⁵ SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

entanto muitos permanecem presos ao mito que o verdadeiro escritor é o que consegue ser artista em tempo integral, sem concessões. Não se dão conta de que se trata de um personagem social construído pela mesma modernidade que os aproxima e os afasta de seus objetivos, integrando-os ao campo literário, mas obrigando-os a vender seu tempo e seu talento. Presos à visão ambivalente do escritor como um intelectual aristocrata ou um marginal da sociedade burguesa, eles não vêem que produzem seus livros contra essas determinações e, ao mesmo tempo, graças a elas.”⁶

Ela demonstra ainda casos de escritores/jornalistas, como Machado de Assis, Oswald de Andrade que reconheciam a importância da imprensa como meio de divulgar o escritor. Em oposição a esses casos, temos a figura de Lima Barreto, escritor que só foi consagrado anos após a sua morte. Ele representou a figura do “*poeta morto de fome*” que trabalhava na imprensa, mas criticava o prejuízo que ela causaria a arte.

Nicolau Sevcenko, no livro “Literatura Como Missão” debateu o papel que os intelectuais literatos ocuparam na imprensa. O autor vai demonstrar que, com a proclamação da República, surge uma problemática - a da construção da nação: a nacionalidade e a cultura nacional eram dois elementos que precisavam ser construídos. Ele vai dar a estes literatos um novo papel, longe dos questionamentos sobre a separação entre a literatura e a imprensa. Este autor observa estes literatos sob outro ponto de vista: o de seu papel como intelectuais capazes de influenciar a vida dos leitores dos periódicos.

Estes literatos e intelectuais influenciados pelos ideais liberais e cientificistas europeus, buscam “*libertar o país do obscurantismo*” e trazê-lo para a era das luzes. Esses intelectuais faziam parte de uma elite europeizada que havia estado presente nas principais mudanças políticas e sócio-econômicas do período. Eles eram abolicionistas, liberais e em sua maioria republicanos. Entre eles, podemos destacar:

⁶ COSTA, Cristiane. Pena de Aluguel: Escritores jornalistas no Brasil de 1904 – 2004. São Paulo, Companhia das Letras. 2005. pp 55.

Joaquim Nabuco, Aluísio de Azevedo, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Rui Barbosa, Olavo Bilac, Raul Pompéia e João do Rio. Esse grupo vai estar profundamente engajado nos principais acontecimentos políticos, nos quais eles se consideravam agentes de transformações.

Aliado a isso, existe a questão de que estes intelectuais estavam concentrados no Rio de Janeiro, que vai oferecer um campo ímpar de atuação para estes escritores, uma vez que o grande número de novos jornais vai necessitar de jornalistas, e estes foram cooptados na literatura.

Em meio a um país de analfabetos, a capital do Estado concentra a maior parte de uma burguesia que vai ser profundamente marcada pelo estilo de vida europeu. Além disso, novos profissionais como médicos, engenheiros e advogados surgem e se concentram na capital. Este novo grupo de letrados, embora represente a minoria da população, tem maior poder aquisitivo e deseja estar inserido neste espírito da *Belle Epoque*.

Muitos são os cafés, as livrarias e confeitarias onde as discussões políticas e literárias são consideradas de bom tom; com isso os periódicos e folhetins circulam.⁷

O burguês carioca demonstra senso apurado consumindo diariamente os jornais. Através da imprensa ele ganha um status como um leitor, e esse leitor acaba por criar uma “*opinião pública*” urbana sequiosa pela orientação e pelas opiniões dos homens de letras. Alguns intelectuais se vêem diante de um aumento de seu poder social; eles são os mosqueteiros que, com suas opiniões combativas, vão levar o país à modernização. Esse papel quase missionário do intelectual é reforçado pelo modo de se fazer imprensa.

⁷ SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, Idem Pg.126.

O jornalismo surge como uma nova força que vai aos poucos absorvendo a atividade intelectual.

Uma vez que o mercado editorial carioca era fraco do ponto de vista econômico, este escritor passa a divulgar suas obras através dos jornais. Estes publicam crônicas, poesias e até mesmo romances inteiros sob a forma de folhetins.

Com a laicização da sociedade a partir de 1891, os jornalistas surgem como um elemento capaz de trazer renovações para a sociedade carioca:

“Os jornalistas, ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegam a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências. As cartas e consultas às redações acabaram monopolizando todas as preocupações que anteriormente se restringiam a intimidade dos confessionários(..)”.⁸

E ainda:

“(…) Mas nada embarçava a expansão vitoriosa do jornalismo, de fato; muito menos os pudores das consciências mais escrupulosas. Sua força e sua ação, quer sobre as classes conservadoras, quer sobre a massa de caixeiros, aventureiros e funcionários de toda a espécie, é uma evidência indiscutível. Suas campanhas contra os velhos hábitos e pela implantação dos novos costumes, a criação do clima geral de euforia e otimismo da Regeneração e do smartismo são talvez a primeira manifestação de um fenômeno de manipulação de consciência em massa no Brasil.”⁹

Embora não possamos chegar a uma resposta ao questionamento apontado, podemos perceber que a imprensa causou impacto não só entre os escritores, como na sociedade carioca. Com ela, surgia um novo elemento dentro do jogo político: a opinião pública.

⁸ SEVCENKO, Nicolau, Idem. Pg.126.

⁹ Idem. Pg 126.

Embora a influência da imprensa sobre a opinião pública seja difícil de mensurar, podemos ter uma idéia dessa influência no episódio da Revolta da Vacina.

José Murilo de Carvalho em “*Os Bestializados*”, traça um quadro do Rio de Janeiro pós-republicano no qual a maior parte da população carioca era formada por analfabetos, mas que vai ser influenciado pela imprensa na questão da vacinação obrigatória, o que acabou por culminar na revolta.

O jornal *Correio da Manhã* não foi o único elemento responsável pela revolta. Foram múltiplos os fatores de ordem política, ligados às querelas do jacobinismo florianista; a obrigatoriedade da vacina foi o verdadeiro estopim.

A idéia de invasão e de transbordamento dos limites do Estado foi amplamente explorada pelo *Correio da Manhã*, que tecia suas críticas, publicava charges. Autores como Barbosa Lima Sobrinho, faziam verdadeiro terrorismo e apelavam para os perigos - reais ou imaginários - da vacinação. A imprensa contribuiu com uma intensa campanha contra a vacina.¹⁰

Não nos cabe aqui debater essa revolta nem os motivos que levaram a ela, mas este episódio serve para ilustrar a influência que a imprensa iria exercer na sociedade carioca, representando um novo elemento no jogo político brasileiro.

No início dos anos de 1920, um evento significativo na história da imprensa foi a vinda para o Brasil de duas agências de notícias: a *Havas*, agência francesa com sede no Rio de Janeiro e a *United Press International*, agência norte-americana, que passou a prestar serviços para o *Jornal do Brasil* em 1917. Essas agências eram responsáveis pela divulgação das notícias internacionais e essas notícias, durante muito tempo, constituíram a parte do jornal que seguia um padrão editorial mais

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi São Paulo*, Companhia das Letras, 1987, pp 131.

definido com artigos mais objetivos e informativos. Era através da divulgação dessas notícias que os leitores cariocas tinham acesso mais rápido aos principais acontecimentos mundiais, o que representava uma evolução no fazer jornalístico, que anteriormente ficava restrito ao ambiente da cidade, uma vez que as notícias de fora demoravam a chegar. Essas agências permitiram um acesso mais rápido a essas informações, já que tinham através de serviços de telégrafo a capacidade de receber e distribuir as notícias. Elas constituíram um verdadeiro marco dentro das discussões políticas nacionais, uma vez que elas permitiram que a população brasileira tivesse acesso a um debate que saía do âmbito nacional.

O jornalismo foi responsável por uma ampliação dos horizontes da população carioca; as notícias não eram mais um relato vago de acontecimentos distantes; o jornal trazia todos os dias uma nova realidade para seus leitores.

1.2 – Fazer imprensa: o modelo brasileiro

Desde o seu início até a segunda metade da década de 50, o modelo seguido pela imprensa brasileira era o chamado modelo francês. Este modelo era marcado pela forte presença da literatura, onde os jornalistas valorizavam uma escrita mais livre e opinativa como as crônicas e os artigos polêmicos.

Visualmente, as matérias se apresentavam com uma grande quantidade de títulos e uma estrutura narrativa onde o autor não se limitava a informar um acontecimento. Cada notícia era repleta de informações e de considerações próprias do seu escritor.

A geração modernista de 1920 deu os primeiros passos para as transformações deste fazer imprensa.

No entanto, essas mudanças só iriam ocorrer de maneira concreta após a segunda metade dos anos 50.

Ainda em 1949, no *Jornal do Brasil*, vamos encontrar um editorial onde o modelo tradicional que parece estar fortemente presente.

Não adianta...

“A índole de certas pessoas não se altera nem mesmo diante da evidência dos fatos.

São criaturas predestinadas criticam todos e tudo extravasando bazofias de conhecimento, julgando-se os mais capazes.

Vivem enjaulados no ambiente estreito de certas observações, sem querer ver as coisas como as coisas são.

E o mal destes analisadores, provém da faculdade que possuem descrever para o público.

Dados aos lazeres da literatura e da poesia, por que são, de fato, mais poetas do que jornalistas, não lhes é difícil concatenar frases de algum sabor sentimentalistas para falar do país em seus aspectos.

Para eles ‘está parando o Brasil...’.

Uma insignificância nos desvãos da sua vida econômica é trazida ao comentário da imprensa num colorido esfuziante de ensinamentos, revelando conseqüências quase catastróficas aos interesses nacionais.

Estamos radicalmente arruinados...

Qual ‘um João de barro preto e grande, de bico aberto recebemos o alimento que os ativos tico-ticos europeus nos põe na boca’.

Tudo isso por que recebemos de fora umas cabeças de alho e uns sacos de graus de bico.

Por causa disso se acusa o governo de não ter ‘espírito criador’; e os brasileiros de lhes faltar ‘imaginação e movimento...’.

E diz-se que o Brasil ‘é um país em crise contínua, um país devorado pela miséria, um país carregado de remorsos e cheio de parias, possuído pela desesperança’.

Talvez haja nesta última assertiva um motivo justo a censura assacada contra nossa gente: a de sermos um ‘país carregado de remorsos...’.

Por que uns gozam a vida fazendo versos, outros aconselhando movimento...

A estes não adianta induzí-los ao estudo das realidades...”¹¹

¹¹ *Não Adianta*. Artigo sem autor publicado na seção editorial do *Jornal do Brasil*, Quinta-feira, 11 de agosto de 1949.

Essa crítica, no entanto, será feita tendo em vista uma série de elementos da conjuntura política daquele momento.

Estruturalmente, esta maneira de se fazer imprensa foi aos poucos sendo transformada pela utilização de uma linguagem mais direta e mais objetiva que a da imprensa que se conhece atualmente. Porém, este modelo tradicional só começou a ser superado no Brasil, por volta da década de 50 quando um ritmo de vida mais dinâmico e moderno passou a exigir uma profunda adaptação deste fazer imprensa.

Neste momento, porém, a escrita da imprensa privilegiava uma linguagem agressiva, marcada pela opinião dos jornalistas. Era um jornalismo onde o escritor transmitia ao seu leitor suas emoções.

Não havia uma formalidade no que se refere à linguagem adotada, o jornalismo possuía um caráter emotivo, participante e pessoal.

Com isso, a linguagem jornalística era marcada pelo uso de metáforas, onde o jornalista era o personagem mais importante; as notícias eram escritas sempre com o uso da primeira pessoa; abundavam adjetivos, bem como as aferições subjetivas, os pontos de exclamação e as reticências. Algumas palavras tinham função meramente enfática e eufemística.

O jornalismo, conforme já foi observado, era o local do comentário sobre as questões sociais, sobre as polêmicas de idéias, da crítica e da produção literária. Quando uma notícia era publicada, o jornalista tinha que imprimir nela sua marca. Ele não era um mero “*noticiarista*”, e sim, um redator. Essa imagem que o jornalista tinha de si é uma das características do modelo francês, onde um bom jornalista era aquele capaz de imprimir sua opinião ao artigo que era apresentado. Esse modelo fazia com que, na maioria das vezes, a notícia fosse relegada a segundo plano.

Essa maneira de escrever era o diferencial que fazia com que ele fosse o jornalista e não o noticiarista.

A construção dessa imagem foi uma das permanências que se manteve no jornalismo brasileiro até a década de 50, e foi um dos grandes desafios encontrados pelas reformas da imprensa: convencer o jornalista a idéia de que ele deveria transmitir as notícias de maneira a não imprimir nelas a sua opinião pessoal, como construir uma idéia de imparcialidade. E, o mais importante: o que seria essa imparcialidade?

Neste período, as notícias se organizavam estruturalmente a partir do chamado *“nariz de cera”*, que era um texto introdutório longo e rebuscado, geralmente marcado pela opinião do autor, que tinha por objetivo antecipar a narrativa dos acontecimentos. Não era um modelo definido, como o dos manuais de imprensa que iriam surgir posteriormente, que determinava a maneira como a notícia deveria ser estruturada. Definia um formato determinado para o título, além de estabelecer quais palavras deveriam ser utilizadas. A maneira de se escrever o *“nariz de cera”* privilegiava uma liberdade por parte de seu autor.

1.3 – Imprensa, política e economia

Outro fator a ser considerado em relação à imprensa era o da sua ligação com a política. A imprensa e a política possuíam uma relação muito estreita: a imprensa estava ligada ao debate de idéias e a polêmica, e essa característica tanto poderia privilegiar um determinado grupo, quanto prejudicá-lo.

Dentro de um quadro sócio-cultural em que se insere e atua a imprensa vinculada a projetos políticos diversos, esta depende de recursos econômicos de

grupos de apoio. Conforme se verá a seguir, também o boicote econômico se constitui em arma política através da tentativa ou sucesso de “calar” vozes indesejáveis. A vulnerabilidade econômica da imprensa muitas vezes acarretava em uma dependência no nível das idéias; um problema que sempre caminhou lado a lado com a história da imprensa, no Brasil e no mundo.

Essa vulnerabilidade da imprensa foi o resultado direto da modernização de suas estruturas. Ao longo dos anos, a imprensa carioca foi se modernizando com relação às máquinas que empregava para a impressão do jornal tendo um aumento considerável em suas tiragens diárias. Os jornais davam os primeiros passos para definir uma estrutura empresarial. Essa estrutura acarretava gastos com maquinário e um maior dependência econômica.¹²

As novas “empresas” jornalísticas tinham que se submeter a uma verdadeira rede de dependências para poderem se manter. No início do século, o capital fornecido à imprensa era o capital comercial, proveniente em sua maior parte de portugueses. Estes acabavam por controlar o que era publicado. Isso era feito através da suspensão do crédito, tirando o anúncio dos jornais, abrindo contra estes uma terrível campanha comercial.¹³

A situação de dependência econômica foi uma permanência da imprensa carioca, e, à medida que ia evoluindo do ponto de vista técnico, aumentava a dependência econômica. Esse quadro permaneceu até a Segunda Guerra, quando a imprensa carioca iria iniciar um longo processo de reestruturação.

Ao final da Segunda Guerra, alguns jornais já apresentavam algumas impressoras mais modernas. No entanto, apesar destas melhorias, os periódicos

¹² SODRÉ, Nelson Werneck. A História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977, Pg 304.

¹³ Idem. Pg 320.

ainda eram muito pequenos em termos de patrimônio líquido e não possuíam ainda condições de se auto-sustentarem. Eles dependiam de financiamentos constantes de diferentes grupos para impedir a falência.

No Rio de Janeiro dos anos de 1950, um jornal poderia contar com quatro fontes de recurso: a proveniente da venda avulsa e das assinaturas, a publicidade comercial ou pública, empréstimos e privilégios públicos e o apoio de grupos privados.

Uma vez que a venda avulsa e as assinaturas não eram suficientes para, por si mesmas manterem um jornal, estes tinham que se voltar para as opções mencionadas anteriormente.

Além disso, é importante observar que o jornalismo enfrentou uma série de limites impostos pela censura. Isso também irá acarretar um problema a ser contornado por seus jornalistas. Segundo a tradição, a imprensa deveria transmitir opiniões, mas como isso seria feito no âmbito de uma cultura política em que o controle sobre a opinião era um elemento que fazia parte da política do Governo?

No entanto, apesar dos limites impostos à imprensa durante a ditadura, Vargas reconhecia a importância do trabalho intelectual e a formação de opinião pública. Em sua política de governo ele defendia a formação de intelectuais capazes de influir de maneira real nos rumos do país. Essa postura por si só justificaria a censura do governo e a agressividade do DIP ao vigiar a imprensa. Sobre o reconhecimento do intelectual neste período diz Lucia Lippi de Oliveira:

“A função do intelectual é fazer uso da sua razão em público. Esta função explicita a relação intrínseca do intelectual com seu público no sentido de responder e/ou criar uma demanda pelo trabalho que produz. O intelectual é um provedor de idéias, e enquanto tal, um organizador de perspectivas justificadoras. Confere autoridade ao poder à medida que elabora raciocínios convincentes, justificadores

de um curso de ação sobre o qual não há uma prova lógica. É daí que se pode entender sua relação com o público e o poder.”¹⁴

Mesmo que neste momento do segundo governo de Vargas oficialmente houvesse liberdade de imprensa, ela não era total, pois o governo dispunha de formas juridicamente legais para coibir os jornais. Essas agora se traduziam por meio das concessões públicas, pelo controle oficial das cotas de papel e de outros insumos básicos ao fazer jornalístico, através de financiamentos, isenções fiscais e subsídios, pela fiscalização governamental das atividades de comunicação e pela publicidade governamental. Além disso, o governo favorecia os jornais com a concessão de isenções fiscais, prêmios, favores e subvenções aos jornais.

Dentro destes exemplos de uma censura “*não oficial*” o fornecimento de papel representou uma de suas armas mais eficazes.

O Brasil só passou a produzir papel de jornal durante a Segunda Guerra Mundial, quando o presidente Getúlio Vargas subsidiou a construção de uma fábrica de papel de imprensa.¹⁵

Porém, a capacidade produtiva da fábrica brasileira era incipiente para fazer face às demandas do mercado. Como consequência, tínhamos uma continuidade da dependência pelo papel importado.

Durante o período da Segunda Guerra, o problema se agravou ainda mais em virtude do bloqueio naval imposto pela Alemanha. O papel era comprado pelo governo que subvencionava a compra às empresas jornalísticas. O corte e a subvenção representaram verdadeiras armas políticas para o governo, que desta

¹⁴ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In D'Araújo. Maria Celina. *As instituições brasileiras na era Vargas*. Rio de Janeiro, Ed FGV/EDUERJ, 1999. Pág. 84.

¹⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Eco, UFRJ 2000 p 175.

maneira tinha nas mãos um forte instrumento de contenção dos periódicos, cuja linha editorial não se adequava à orientação governamental.

Dentre os jornais que tiveram a produção prejudicada em virtude das perseguições governamentais, o do *Diário de Notícias* é o caso mais conhecido.

Anos mais tarde Orlando Dantas, fundador do jornal, iria denunciar essas perseguições, que ocorreram principalmente durante o Estado Novo, como uma verdadeira estratégia de legitimação da postura deste periódico. Em suas denúncias, ele citou que, por diversas vezes, foram oferecidas ajuda econômica e facilidades para a importação de material gráfico em troca da exaltação da figura do Ditador. Ele cita ainda que instituições como o SESC e o SESI ofereceram ajuda econômica em troca de elogios nas páginas do "*Última Hora*". Segundo Dantas, o jornal sobreviveu às custas de enormes sacrifícios por parte de seus jornalistas, sem abrir mão, porém, de sua postura ideológica.¹⁶

Outro obstáculo a ser enfrentado, era o fato de que a relação entre poder e imprensa não se limitava somente ao nível da direção de um jornal - ela se estendia aos seus jornalistas. Isso iria ocorrer nos mais variados níveis; até repórteres de hierarquia mais baixa dentro dos jornais conseguiram obter alguns benefícios. A profissão de jornalista ainda não era regulamentada e os salários pagos eram notoriamente baixos. Com isso, alguns jornalistas se submetiam ao clientelismo em troca de empregos públicos, bem como recebiam propinas e eram alvos de corrupção. Essa troca de favores não vinha somente do governo, mas também de grandes empresas e partidos políticos de oposição. É importante reafirmar que corrupção não era só um instrumento governamental; ela também provinha do setor privado. Durante a campanha pelo petróleo, os trustes norte-americanos, através

¹⁶ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Idem. Pg 142.

das agências de publicidade “*financiavam*” os jornais desfavoráveis ao monopólio estatal.¹⁷

Porém, conforme poderemos observar mais à frente, a dependência e a censura não foram suficientes para paralisar alguns jornalistas. Ao longo da história nacional podemos identificar os diferentes momentos em que a imprensa foi decisiva para as transformações políticas brasileiras. A imprensa buscava caminhos e estratégias como forma de fugir da censura, da repressão e daqueles jornalistas que se submetiam. Conforme já foi observado para alguns jornalistas, fazer imprensa era uma missão, um meio de afirmação intelectual.

A dependência econômica da imprensa não era suficiente para tirar a independência política de um jornal. Nem todos os jornais cariocas se submeteram a essa rede de clientelismo e dependência.

Dentre os jornais que encontraram os recursos para fugir desta estrutura, podemos encontrar quatro exemplos notórios: o *Diário Carioca*, a *Tribuna de Imprensa*, *Última hora* e o *Jornal do Brasil*.¹⁸

Com a observação do caso do jornal *O Globo*, podemos perceber de maneira mais precisa como isso funcionava. As empresas de Roberto Marinho foram beneficiadas por diversos empréstimos junto ao Banco do Brasil. Entre os anos de 1950 e 1952, este periódico levantou cerca de quase um milhão de dólares em empréstimos dando como garantia de todos os empréstimos a sua máquina de impressão, uma velha impressora Goss.¹⁹

Embora Roberto Marinho fosse um dos maiores devedores junto ao Banco do Brasil, não iremos observar um apoio por parte do jornal *O Globo* ao governo de

¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977. PG 462.

¹⁸ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Eco. UFRJ 2000, Pg 142.

¹⁹ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Idem*. 142.

Vargas. Na verdade, este jornal vai se voltar contra ele durante a crise de seu governo.

Ambos foram capazes de se manter, mesmo que tenham passado por alguns momentos sem circular. Os mecanismos encontrados pelo *O Globo* e principalmente pelo *Jornal do Brasil* foram de grande importância para o papel que eles iriam ocupar no período das reformas jornalísticas.

Somente a partir da década de 50, sobretudo na segunda metade, essa estrutura da imprensa brasileira começou a se transformar.

Com a aceleração do crescimento industrial após a Segunda Guerra, a publicidade no Brasil ganhou um novo impulso. O volume de investimentos da publicidade junto aos jornais de grande circulação foi intenso. Pela primeira vez na história da imprensa no Brasil, os jornais contavam com fontes alternativas de renda.

Associadas às transformações econômicas, a imprensa brasileira entrou em um período de mudanças estruturais.

A imprensa internacional já havia se modificado para atender às novas demandas da população, onde um ritmo de vida mais agitado passou a exigir uma imprensa mais dinâmica.

O antigo “*nariz de cera*” foi aos poucos substituído pela técnica norte-americana do “*lead*” e da “*pirâmide invertida*”. O “*lead*” era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que deveria resumir o relato do fato principal, as notícias passaram a ser mais objetivas.

Segundo a técnica da pirâmide invertida, os fatos eram narrados de acordo com a ordem de seu interesse e relevância. Sobre esta técnica, Carlos Eduardo Lins da Silva diz:

“O lide clássico foi introduzido no Brasil, através das agências de notícias americanas, que o criaram nos EUA para resolver um problema prático. O mesmo texto das agências era utilizado por jornais de toda a parte do mundo. Cada um deles fazia uma avaliação diferente da importância de cada notícia e do espaço que ela deveria ocupar. As agências precisaram criar a fórmula da pirâmide invertida para que cada jornal pudesse fazer cortes necessários nos textos e adaptá-los às suas necessidades sem perder as informações fundamentais. Daí a colocação dos dados em ordem decrescente de importância. O corte poderia ser feito “pelo pé”, numa operação rápida sem perda de substância informativa. Daí generalizou-se na imprensa americana, como maneira mais simples de dar a cada leitor a mesma opção que as agências davam aos jornais: interromper a leitura em qualquer ponto do texto, de acordo com o seu interesse pelo assunto, tendo recebido as informações fundamentais, desde que lido o primeiro parágrafo.”²⁰

Manuais de redação foram criados para orientar os jornalistas da maneira como as notícias deveriam ser escritas. O jornalista deveria escrever com clareza, concisão, objetividade e, sobretudo, imparcialidade.

Os jornais foram aos poucos sendo convertidos em empresas jornalísticas, que, com o advento da propaganda, podiam se sustentar e ir aos poucos adquirindo autonomia econômica. Essa mudança, no entanto, foi um longo processo. As transformações estruturais somente começaram a ser empregadas pela imprensa a partir da segunda metade da década de 50.²¹

É importante observar que o interesse de empresas, grupos políticos e do governo pela imprensa, representam uma afirmação do poder que a imprensa exercia dentro da opinião pública carioca.

Neste momento do pós-guerra, toma corpo a campanha pelo monopólio estatal do petróleo.

²⁰ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. O adiantado da hora; a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. 1990.Pg112.In: Costa, Cristiane. *Pena de Aluguel: Escritores jornalistas no Brasil de 1904 – 2004*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005. PG 101.

²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes, A Reforma do Jornal do Brasil. In: Abreu, Alzira Alves de (org) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp 141.

A disputa pelo monopólio do petróleo representa uma prova concreta do poder dos meios de comunicação, principalmente da imprensa. Isso vai ocorrer porque faltavam periódicos que divulgassem a campanha pela nacionalização, já que os jornais de grande porte eram favoráveis à entrada de capitais estrangeiros para explorar o petróleo brasileiro. Com isso, periódicos de menor porte, como *A Emancipação*, *a Revista do Clube Militar*, *o Popular* e *o Jornal de Debates*, foram responsáveis pela divulgação da teoria do monopólio estatal.²²

Dentre os jornais que defendiam a entrada de capitais norte-americanos na nossa economia, vamos analisar a postura defendida pelo *Jornal do Brasil*. Para que possamos realizar a releitura deste jornal nos anos 50, vamos observar um breve histórico de sua evolução.

1.4 – O Jornal do Brasil: Breve Histórico de sua evolução

1.5 – O Jornal do Brasil, como um jornal de vanguarda e de oposição

“É agora ou nunca o momento de colocar os interesses superiores, permanentes e essenciais de nossa sociedade acima da estreiteza do espírito da e de partido.”²³

O *Jornal do Brasil* foi criado em abril de 1891 por Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, com edição matutina e sede no Rio de Janeiro. Este jornal já nasceu como um órgão de contestação do novo regime com características que foram consideradas de defesa do monarquismo.

²² RAMOS, Plínio de Abreu. *A Imprensa Nacionalista no Brasil* In: Abreu, Alzira Alves de (org) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp 63.

²³ Editorial de Lançamento do *Jornal do Brasil*. In: Sodré, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977. Pg 294.

Essa defesa ao monarquismo, segundo Nelson Werneck Sodré, estava associado a uma descrença ao regime republicano, que faz com que interesses e simpatias ligadas ao regime extinto comecem a se agrupar e a criticar o comportamento político dos republicanos. Assim, a “*defesa da monarquia*”, na realidade tinha como característica principal o antiflorianismo.²⁴

Através do *Jornal do Brasil*, Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco encontraram um instrumento para criticar o regime republicano.

Ele foi criado com um capital de 500 mil réis e a pretensão de se tornar um grande jornal. Segundo Nelson Werneck Sodré, o JB era um verdadeiro modelo para a imprensa que surgia nesta virada do século XIX para o XX. Uma verdadeira “*potência*”, um exemplo de empresa jornalística bem sucedida. Contava com os melhores equipamentos gráficos. Foi um dos primeiros jornais a ser distribuído em carroças e foi um dos pioneiros na instalação de oficinas de fotografia na instalação de luz elétrica em suas oficinas e em 1893 lançou uma seção feminina.

Como disse Nelson Werneck, a imprensa carioca era variada e numerosa contando com grandes jornais como o *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias*, *O País*, *O Diário de Notícias*, além de jornais de menor porte como *A Rua*, *A Folha Popular*, *A Tribuna*, *A Cidade do Rio* e o *Correio do Rio*, entre tantos.

“Nesta variada galeria, o *Jornal do Brasil* chegava para enfileirar-se entre os grandes. Fora montado como empresa, com estrutura sólida. Vinha para durar.”²⁵

Além disso, o *Jornal do Brasil* foi um dos primeiros jornais a contar com os serviços de uma agência de notícias, a “*United Press International*” em 1917. Estes

²⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. A História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977, Pg 293.

²⁵ SODRÉ. Nelson Werneck. Idem. Pg 94.

serviços continuaram até o período da reforma e os artigos publicados pela *United Press* constituíram a única parte do JB que possuía um formato definido (era o que mais se aproximava do fazer imprensa que conhecemos hoje).

Nos seus primeiros anos, o JB aglutinava entre seus colaboradores, nomes como Gusmão Lobo, Souza Ferreira, Sandro Constâncio Alves, Aristides Espínola e Antonio de Souza Pinto que trabalhavam sob a gerência de Henrique Villeneuve.²⁶

Através de sua declaração de princípio o jornal traçava as diretrizes básicas de sua conduta política e assumia o papel de crítico do governo. Neste momento, o jornal era fundamentalmente um órgão de opinião e contestação do regime.

Entretanto, em junho de 1891, quando Nabuco assumiu a chefia da redação, surgiram alguns problemas causados pela política defendida pelo jornal. Os primeiros editoriais da autoria de Joaquim Nabuco começaram a trazer problemas para o jornal em artigos de análise doutrinária. Ele criticava aqueles que haviam aderido ao novo regime, estes artigos que foram intitulados de “*Ilusões Republicanas*” e de “*Outras Ilusões Republicanas*”.

A publicação destes artigos gerou polêmica e colocou parte considerável da opinião pública contra Joaquim Nabuco e conseqüentemente contra o *Jornal do Brasil*.

Na noite de 16 de dezembro, a redação do *Jornal do Brasil* enfrentou uma invasão de uma multidão que aos gritos de “*Mata! Mata Nabuco!*”, destruiu completamente sua redação e suas oficinas.²⁷

Tendo em vista estes acontecimentos, Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco tiveram de transferir a propriedade do jornal. Foi publicada uma comunicação

²⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reforma do Jornal do Brasil. In: Abreu, Alzira Alves de (org) A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996 Pg.146.

²⁷ IDEM, Pg 146.

informando que os proprietários do jornal haviam decidido transferi-lo a novos donos e que Joaquim Nabuco havia se desligado de seu posto na redação. Com esta medida, esperava-se acalmar os ânimos e recuperar o jornal, que havia sofrido graves prejuízos econômicos, inclusive com a destruição de algumas máquinas.

O *Jornal do Brasil* entrou em um período de transição, na qual o jornal foi transformado em sociedade anônima.

Durante este período de transição, a direção e as transações relativas às vendas do jornal ficaram sob responsabilidade de Henrique de Villeneuve. Este conseguiu manter o ritmo ativo do jornal.

Em 1892, a sociedade anônima foi formalmente estabelecida e dentre seus novos proprietários, destacavam-se o Conde de Figueiredo, Manuel Buarque de Macedo e o Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas. A maioria dos novos proprietários ainda era constituída por figuras de relevo junto ao império e que ainda conservavam simpatia pelo regime deposto. Portanto, a dissolução da antiga sociedade fora um artifício para diminuir o clima de animosidade que se criara. Ainda em 1892, Joaquim Nabuco voltou a escrever para o jornal sob o pseudônimo de Axel.²⁸

No entanto, os prejuízos causados pela invasão do jornal obrigaram uma modificação em sua estrutura, e embora o jornal contasse ainda com bons colaboradores, ele se viu forçado a publicar noticiários policiais como forma de se manter, economicamente, uma vez que estas matérias aumentavam a venda de jornal.

²⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. A História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977. Pg 295.

Em abril de 1893, o jornal passara mais uma vez por transformações em sua direção; um grupo liderado por Rui Barbosa inicia negociações para comprar o *Jornal do Brasil*, transformando novamente em uma sociedade comanditária, sob responsabilidade de Joaquim de Albuquerque Melo.

Concluída a operação, a direção do *Jornal do Brasil* foi entregue a Rui Barbosa que recebeu plenos poderes para determinar a linha de atuação do jornal.

Neste momento, o jornal ingressa em uma nova fase: a antiga linha de defesa da monarquia é substituída pela defesa do regime republicano.

Esta nova linha do jornal foi exposta pelo próprio Rui Barbosa através de um artigo publicado em 1893: o JB seria um jornal cujo compromisso era a defesa do regime republicano, e foi associado a um combate à forma como o regime republicano se apresentava, promovido pela ditadura de Floriano Peixoto.

Novamente o jornal adotava uma postura política que iria causar problemas ao jornal, o republicanismo de oposição.

Com essa postura, o jornal acabou se envolvendo na campanha contra o governo de Floriano Peixoto e apoiando os movimentos de contestação.

Como consequência pela postura adotada pelo jornal, sua sede foi mais uma vez invadida - desta vez por uma tropa militar. Rui Barbosa teve que sair do país. O jornal ficou fechado por um ano e quarenta e cinco dias.

1.6 – A gestão Mendes e Cia.

Vendido mais uma vez; agora à firma Mendes e Cia em 1894. O jornal voltou a circular no dia 15 de novembro e em sua nova edição teve como redator chefe Fernando Mendes de Almeida e, como secretário de redação, Candido Mendes de

Almeida. Sob esta nova direção o jornal teve de sofrer nova reformulação em sua estrutura. Ele reduziu o aspecto doutrinário das notícias, passou a publicar mais informações e casos policiais, além de abordar campanhas populares, assuntos cotidianos da cidade e crítica aos costumes.²⁹

Em suas novas diretrizes, o jornal se propunha a ser um órgão de imprensa popular defensor dos pobres e divulgador de suas queixas e reclamações. Com essa nova postura o jornal abandonava os inflamados debates políticos. Essa nova abordagem transformou o público consumidor do jornal e fez com que o jornal adquirisse maior popularidade e necessitasse de novas máquinas para suprir a edição do jornal. Uma nova sede começou a ser construída em 1905 na Avenida Central.³⁰

Esses novos gastos trouxeram mais dificuldades financeiras que obrigaram uma nova mudança na estrutura das notícias e na direção do jornal.

Foi transformado novamente em sociedade anônima em 1906. Do ponto de vista gráfico, a alteração foi mais profunda. Suas primeiras páginas passaram a ser totalmente ocupadas por anúncios classificados. A nova estrutura do jornal foi alvo de inúmeras críticas. Ele foi caracterizado como um jornal informativo com a apresentação de notícias de interesse popular que deixavam de lado a opinião e contrariavam o modelo do jornalismo vigente. Em suas novas diretrizes ele se propunha como um jornal capaz de intermediar o povo, os pequenos e oprimidos.³¹

Ele chegou a ser apelidado pelos demais órgãos de imprensa de “*popularíssimo*”. No entanto, foi este novo formato que permitiu com que o jornal ampliasse a gama de seus leitores.

²⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Idem. Pg148.

³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. Idem. Pg 295.

³¹ LOPES, Antoni Herculano Lopes. Do monarquismo ao populismo: O Jornal do Brasil na virada para o século XX. In <http://nuevomundo.revues.org/document2239.html>

É interessante observar que o surgimento deste apodo pejorativo coincide com o aumento da popularidade deste periódico. Esse apoio vai ser utilizado como crítica ao jornal até os anos 50 quando, com o advento da reforma, o jornal voltará a ser considerado um representante da vanguarda intelectual.

Em 1924 o jornal contratou Benjamim Costallat, escritor popular que ganhava 500 mil réis mensais para escrever para o jornal ³², como uma estratégia para aumentar o número de leitores bem como a popularidade do jornal.

Este escritor/jornalista foi aos poucos fazendo parte do corpo editorial do jornal e, nos anos 50, passou a publicar seus artigos na primeira seção do jornal ao lado dos editoriais deste periódico. Nos anos 50, seus artigos eram voltados para a crítica dos costumes, bem como críticas ao governo de Vargas.³³

Com a Primeira Guerra Mundial, o jornal enfrentou novas dificuldades financeiras.

A aquisição de papel necessária para a impressão do jornal era cada vez mais difícil. Todo o papel era importado e, com a guerra, ele se tornou cada vez mais escasso, conforme já foi observado anteriormente.

Os problemas econômicos do JB se agravaram, o que acabou acarretando sua hipoteca ao Conde Ernesto Pereira Carneiro em 1918. Este acabou por se tornar proprietário do jornal em 1919, uma vez que os irmãos Mendes não conseguiram pagar a hipoteca. O Conde Pereira Carneiro iria se manter na direção do jornal até sua morte em 1954.

³² SODRÉ, Nelson Werneck. A História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977, Pg 419.

³³ Artigos escritos pelo próprio jornalista nos anos de 1950 até 1954.

1.7 – A Gestão do Conde Pereira Carneiro

Industrial e empresário, o Conde Pereira Carneiro era dono da Companhia de navegação. Trabalhou também na indústria salineira. Foi um dos pioneiros da aviação comercial no Brasil, bem como atuou junto à política. Além disso, o Conde era um reconhecido benemérito com atividades ligadas à Igreja Católica.

Apesar de não possuir experiência na imprensa, o Conde, ao adquirir o jornal, foi responsável por sua recuperação financeira, bem como tomou para si o encargo de escrever os editoriais dos jornais. E, mais tarde, em virtude sua doença, orientar o que seria escrito nestes editoriais.

“Ao adquirir o *Jornal do Brasil* promoveu seu aperfeiçoamento intelectual e material, reequipando e atraindo para suas colunas os nomes mais representativos da literatura nacional, pois dele foi a iniciativa de alinhar os mais cintilantes escritores na parte editorial desta folha.”³⁴

Com o novo proprietário, o *Jornal do Brasil* entrou em fase de tentativa de recuperação financeira. Ao mesmo tempo em que procurava reconquistar o antigo prestígio que gozava na fase de sua criação e que havia sido desgastado durante a fase de gestão dos Mendes de Almeida, com a publicação das anteriormente referidas, matérias de abordagem mais popular.

Essa preocupação se evidenciou com a valorização das seções literárias e artísticas em que tinham destaque colunas assinadas por membros da Academia Brasileira de Letras. Aos antigos colaboradores, somaram-se figuras novas de renome nos meios intelectuais.

³⁴ *Jornal do Brasil*, 23 de fevereiro de 1954. Pg 1.

Faziam parte da equipe do jornal neste período: o Conde Afonso Celso, Carlos de Laet, Luís Murat, Medeiros de Albuquerque, Múcio Leão, Benjamim Costallat, Barbosa Lima Sobrinho e Aníbal Freire, entre outros.

No entanto, o jornal não conseguiu atingir novamente ao antigo lugar de destaque, como jornal intelectual e de contestação do regime que ocupava na época de sua criação. Isso se deu porque havia um temor em relação a um envolvimento definitivo em questões que pudessem suscitar polêmica.

O Conde Pereira Carneiro recomendava prudência a seus jornalistas na elaboração de suas matérias. Ele queria evitar que o jornal se envolvesse em campanhas que poderiam representar um risco para o jornal.

Isso nos leva a um questionamento importante: o da “*suposta neutralidade*” que o Conde queria construir para o JB. Uma série de fatores nos leva a questionar essa neutralidade. Primeiramente, a questão da neutralidade é um assunto que até hoje suscita polêmicas. Com a reforma da imprensa no Brasil, foram adotados manuais de redação que tinham por objetivo dar maior imparcialidade às notícias. No entanto, não existe imparcialidade em um editorial. O editorial é elemento que define o jornal bem como a postura política adotada por seus jornalistas. A natureza do editorial é parcial.

Um jornal do porte do JB dificilmente conseguiria se manter neutro dentro do quadro político que se desenvolvia no país neste período. Basta mencionarmos o fato de que as agências de publicidade distribuía suas propagandas de acordo com a postura política dos jornais, e nos anos 50 o JB estava entre os jornais que mais lucravam com a publicidade em suas páginas.

Além disso, o próprio formato adotado pela imprensa carioca, o modelo francês, dificultava essa neutralidade, uma vez que os textos eram em sua maioria virulentos, agressivos e repletos de adjetivos.

Conseqüentemente, essa moderação que Pereira Carneiro recomendou a seus jornalistas, se mostrou longe de atingir seus objetivos.

Com a revolução de 1930, o *Jornal do Brasil* teve sua sede invadida pela terceira vez desde sua criação e suas oficinas foram mais uma vez danificadas. Como conseqüência, o jornal deixou de circular por cerca de quatro meses. Essa última invasão veio a se somar aos problemas econômicos que o jornal já vinha enfrentando.

Quando o jornal foi relançado, sua posição foi de cautela em relação ao governo provisório. Ainda que a atitude do jornal não fosse de total simpatia com o governo, seus editores queriam evitar que o jornal tivesse seus equipamentos quebrados novamente. Algumas críticas tímidas eram tecidas enquanto o jornal se engajava na campanha da constituinte, deixando entrever certa simpatia pela revolução paulista de 1932. Essa abordagem novamente demonstra que, mesmo que de maneira tímida, o jornal não deixava de lado seu aspecto combativo.

Essas restrições as opiniões expressas estava relacionada a problemas de natureza econômica não representando uma postura política do jornal, mas um elemento necessário para que ele sobrevivesse em um momento em que muitos fechavam as portas por problemas econômicos.

Em 1933, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, o jornal acabou se envolvendo mais abertamente na campanha pela constituição. Isso demonstra que, apesar da tentativa do Conde, o jornal não conseguiria manter sua neutralidade.

Porém, o jornal ainda não havia se recuperado. Essa crise econômica: era o resultado dos problemas anteriores que haviam se somado à quebra de suas oficinas em 1930. Como tentativa de sanar o problema, o Conde Pereira Carneiro convidou então José Pires do Rio para o cargo de diretor tesoureiro do jornal, com a função de recuperar suas finanças.

José Pires do Rio pretendia transformar o *Jornal do Brasil* em um boletim de anúncios, deixando de lado as preocupações com os grandes temas políticos e abandonando o interesse tradicional pelas artes e pela literatura. Essa nova postura causou divergências internas.

Os jornalistas que escreviam para o JB entendiam o jornal como um instrumento de divulgação de idéias políticas, econômicas, culturais e de opinião, e não aceitaram a supressão destes artigos do corpo do periódico.

Conseqüentemente, as matérias referentes à literatura e as artes não sumiram, embora do ponto de vista de organização estrutural, o jornal tenha mantido em suas primeiras páginas o formato de classificados, onde as manchetes do dia apareciam em algumas colunas no topo da primeira página. Os artigos de artes e literatura se mantiveram em cadernos dentro do jornal.

Foi devido a esse novo formato, que o *Jornal do Brasil* chegou a receber o apelido pejorativo de “*Jornal das Cozinheiras*”. Apesar deste formato, o *Jornal do Brasil* ainda era um jornal de grande porte no Rio de Janeiro e ainda contava com alguns intelectuais em seu quadro de colaboradores.

Na segunda metade dos anos 40 ele conseguiu, graças à gestão de José Pires do Rio, se reestruturar economicamente, criar novos leitores e modernizar suas estruturas através da compra de novos equipamentos gráficos. Essa

recuperação econômica ocorreu em um momento em que muitas empresas jornalísticas deixavam de funcionar por falta de recursos.

1.8 – A reestruturação econômica do jornal e a definição de um projeto

A reestruturação econômica foi um elemento de grande importância para o *Jornal do Brasil*. Isso por que ela foi o elemento capaz de garantir a independência econômica do jornal.

Em um período em que a imprensa carioca dependia de uma verdadeira rede de clientelismo e favores, o JB surgiu como um caso a parte.

Graças à presença dos classificados, este jornal foi um dos pioneiros na utilização da publicidade como instrumento manutenção econômica.

O período que vai do pós-guerra até a primeira metade da década de 50, representa o momento em que o *Jornal do Brasil* está mais uma vez se fortalecendo como um meio de comunicação de massa. Isso vai ocorrer porque, neste período, a publicidade ganhou um forte impulso em decorrência do crescimento industrial. O JB já havia ganho algum destaque anteriormente através do “*balcão de anúncios*” das suas primeiras páginas, ganhou maior destaque através do aumento da publicidade em suas páginas. O JB era um dos jornais mais procurados pelas agências de publicidade.³⁵

No ano de 1950, o JB chegou a obter cerca de 20 milhões de cruzeiros apenas com a publicidade. Em termos de faturamento, ele iria ficar atrás de três jornais: o *Globo* (que obteve cerca de 35 milhões); o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*.

³⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Eco, UFRJ 2000, Pg. 170.

O *Jornal do Brasil* anunciava principalmente: empregos, imóveis, automóveis, televisões, geladeiras, máquinas de lavar, móveis, produtos alimentícios, produtos farmacêuticos, perfumes cosméticos, bancos e agências imobiliárias.³⁶

Através destes anúncios podemos ter uma idéia do público que lia o JB. Dentre esses diferentes leitores podemos encontrar funcionários públicos, profissionais liberais, operários e prestadores de serviço, enfim, um público variado.

O JB constituiu então uma exceção dentro da imprensa carioca: era um dos poucos jornais capazes de manter-se economicamente. Isso se deu também em boa parte aos investimentos do Conde Pereira Carneiro.

Além disso, outro fator importante a ser observado era o do preço do JB: em 1950 até 1951 o JB custava 0,50 passando para 1,00 em 1952, juntamente com o *Diário Carioca*, o *Diário de Notícias*, o *Globo* e o *Última Hora*. Ou seja, o JB sofreu um aumento de 50% em seu preço, juntamente como os jornais considerados de grande opinião e circulação e ainda sofreu um período de estabilidade econômica.³⁷

Embora as primeiras páginas deste jornal contenham apenas classificados, isso não constitui um indicativo de que o público iria recorrer a esse jornal apenas em virtude de seus anúncios. Se este leitor estivesse apenas em busca dos classificados, ele certamente não o faria de maneira tão regular a ponto de permitir que o jornal vendesse bem o suficiente para se recuperar economicamente, o que leva novamente a questão de que o jornal era lido regularmente, não apenas pelos anúncios publicados, como buscaremos evidenciar.

Com a década de 50 vamos encontrar um jornal que passa por um período de estabilidade econômica.

³⁶ *Jornal do Brasil* no período de 1949 a 1950.

³⁷ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Idem.Pg 168.

As necessidades de novas estruturas que permitissem a modernização da estrutura econômica do país foram amplamente discutidas em suas páginas.

Apesar das críticas recebidas por outros órgãos de imprensa que o tachavam de jornal popular, o *Jornal do Brasil* foi um órgão de imprensa de grande importância dentro do contexto destas transformações, o que se observa através da postura política defendida pelo grupo de intelectuais que escrevia no jornal. Isto indica a filiação de um público de leitores para o jornal. E, embora não possamos saber a maneira como essa idéias eram recebidas pelos leitores, podemos estabelecer relações entre os leitores e as idéias propagadas pelo jornal. Essas idéias podem ser percebidas através da observação de um dos principais elementos de mobilização política do período: A Campanha pelo Petróleo.

Com a Campanha do Petróleo, o *Jornal do Brasil* se mostrou favorável à exploração deste mineral com o auxílio de capitais norte-americanos. Assim, o *Jornal do Brasil*, como fonte documental, expressa uma corrente política que pretende o desenvolvimento da economia brasileira, alinhado a uma idéia de segurança continental, na qual o alinhamento com os EUA representa um repúdio ao comunismo e uma via para as transformações econômicas internas.

É importante ressaltar que este jornal foi visto, ao longo de sua trajetória, como um jornal de tradição na defesa de idéias políticos; um defensor do povo. Acreditamos que nesta tradição do jornal residem boa parte das críticas feitas a ele.

Através da observação da história do jornal podemos perceber que ele nasceu como um órgão de contestação do regime Republicano. Era um jornal polêmico mas que nasceu com características para se tornar uma grande empresa jornalística. Essas duas características são contraditórias por si mesmas. Os jornais de crítica política tinham vida curta no país.

Em sua maioria eles surgiam nos momentos de contestação política e depois desapareciam, devido a uma série de fatores - em sua maioria de ordem econômica. Conforme já foi visto, os jornais para se manterem, tinham que se submeter a uma série de elementos - algo que dificilmente poderia ser alcançado por eles: a contestação ao regime estabelecido era na maioria das vezes marginal, incapaz de cooptar os grandes recursos para se manter.

Fato que não ocorreu com o JB: este jornal tentou equilibrar durante algum tempo essas personalidades contraditórias. Porém, com a gestão do Conde Pereira Carneiro, o jornal como empresa acabou vencendo. Poderíamos enunciar a hipótese do sucesso ao alinhamento com as idéias norte-americanas durante a campanha do petróleo. Era um jornal de um empresário que defendia os interesses de um empresário.

Esse fator, no entanto, explicaria as críticas que ele recebeu por não ser mais um jornal de contestação.

Ao defender a exploração do petróleo com a participação de capitais norte-americanos, como a maior parte da grande imprensa, ele não deu espaço em suas páginas para um debate sobre a questão. As matérias da primeira parte do jornal, que correspondem à seção editorial, bem como os artigos dominicais da segunda seção do jornal, se estruturaram de forma a defender este alinhamento.

Tendo em vista estes fatores, somos forçados a discordar que esse alinhamento associado aos classificados em suas primeiras páginas compreenda uma desqualificação do jornal como órgão de imprensa. Ele era periódico de grande porte que se posicionou ideologicamente e se estruturou para defender essa postura.

A presença de jornalistas e intelectuais reconhecidos em suas páginas seria um indicativo dessa questão. Isso nos leva a outro aspecto importante: é o que os jornalistas do *Jornal do Brasil* não se consideravam jornalistas de um jornal inferior.

Isso se refletia em seus artigos: o jornalista do *Jornal do Brasil* criticava a maioria dos órgãos de imprensa e se colocava como um elemento à parte, seguindo a tradição francesa de escrever. Tal postura pode ser observada de maneira clara em um artigo publicado em 1954, por Joaquim Thomaz. Embora este jornalista não faça parte do seleto grupo de reconhecidos intelectuais do jornal, como Benjamim Costallat, Barbosa Lima Sobrinho ou Gilberto Freyre, ele escrevia de maneira regular na folha 5 do jornal, que correspondia à primeira seção do jornal onde estavam os editoriais e os artigos de crítica política e social, muitos dos quais não assinados.

Neste artigo, ele traçou um verdadeiro quadro da imprensa carioca do início dos anos 50:

“A indústria do jornal - para quem a conheceu antes do advento do linotipo - não chegava a ser uma indústria.

Era mais um sacrifício. Sacrifício que exigia tudo de quem o fazia e nada atribuía aquele que o fizesse. As canseiras eram sem conta. Sem conta os aborrecimentos, os contratemplos que sobrevinham, as inimizades que se arranjavam em razão do ofício, sem que adicionemos aqui o bom dinheiro que gastava o seu dono sem obter lucro de qualquer espécie.

Verdade é que o jornal na sua feição antiga era, quase meramente um instrumento da política e de políticos.

Diferente do jornal de hoje, que sem se abster de política é um instrumento difusor de cultura, de intercâmbio entre os povos, o jornal de antigamente quase sempre era feito para servir a grupos partidários ou facções políticas, a ódios exacerbados a picuinhas de arraial, a chefes eleitorais, que se esqueciam do conceito comteamo de que a boa política é filha da moral e da razão e não queriam outra coisa neste mundo senão possuir um jornal, uma folha-de-couve, um pasquim qualquer, como diziam para desancar o seu contendor nas urnas antes e depois das fantasiosas eleições, que se faziam por toda a parte a bico de pena e a custa de cabresto.

Ter um jornal era ter a mão um clavinote para alvejar o adversário em toda e qualquer oportunidade em que ele se nos antepusesse no caminho, contrariando-nos nos nossos planos, discutindo as nossas ordens, questionando para nos arrancar os sufrágios prometidos. Era

quase sempre homem morto e liquidado quando se punha o jornal para difamar-lhe a honra e (...) a da família pela ousadia de pretender insultar o chefe político, o pequeno dono do céu e da terra. Era uma força persuasiva, convincente, aterradora a do jornal-pasquim, a do jornal que não temia enxovalhar a dignidade de qualquer um e a família de qualquer um contanto que servisse bem os interesses do político que desejava evidência cada vez maior e montava uma tipografia exclusivamente para aquele fim: o de latir ou arreganhar os dentes a quem se aproximasse do seu osso ou de sua posição municipal...(...)"³⁸

Segundo este trecho podemos perceber como o jornalista do JB considera que o jornal difusor da cultura e de opiniões. Ao escrever um artigo sobre o criador do linotipo, o autor irá apresentar considerações a respeito do fazer imprensa no Brasil. O teor do texto indica a percepção deste jornalista de si mesmo e do jornal em que atua.

Ele critica o fazer da imprensa que se encontra atrelado a uma política e conseqüentemente se coloca à parte deste fazer. Dentro deste artigo, ele vai observar também a questão do jornalista como um intelectual e mais uma vez tece uma crítica. Agora, ele vai criticar aqueles que se dizem jornalistas somente para poderem obter vantagens com o título.

Isso vai ocorrer durante o governo de Vargas. Durante o processo de legalização da profissão de jornalista será exigido dos profissionais que façam um registro na Associação Brasileira de Imprensa e retirem a carteira de jornalista.

Porém, como a profissão ainda traçava seus primeiros passos, não havia ainda uma definição precisa de limites e, como conseqüência, muitas pessoas tiraram a carteira sem ser jornalistas, uma vez que alguns indivíduos conseguiam algumas vantagens com o "título", como ingressos em cinema e eventos, bem

³⁸ THOMAZ, Joaquim. *Ottman Mergenthaler*. Jornal do Brasil. 4 de maio de 1954.fl 5(grifo nosso).

“*presentes*” e financiamentos, conforme já foi observado anteriormente. Havia uma situação, no mínimo incomoda entre os profissionais.

Prossegue o artigo:

“(..) Editar livro era uma aventura, e editar jornal só mesmo para fazer política.

Para o mais não convinha.

Foi, precisamente o linotipo que sacudiu o marasmo, a rotina, o quase entorpecimento da arte gráfica em todo o mundo.

Com o seu aparecimento, ou invenção, pode-se dizer, é que realmente se instituiu a profissão jornalística como meio de vida não só dos próprios operários gráficos, senão também dos que se encarregavam de fazer o jornal na sua parte intelectual.

O que havia antes era somente amadores do ofício pessoas de boa vontade dotadas de inteiro espírito de renúncia.

Os compositores de obras tinham decerto seu salário suado e chorado, mas os que lidavam na redação, cozinhando o jornal, ou seja colhendo notas daqui e dali, escrevendo tópicos, relacionando seções por vezes difíceis, estes se contentavam com um valezinho de vez em quando dado pelo dono da folha ou, senão trabalhavam de graça pelo simples prazer de se dizerem jornalistas, como certos senhores que possuem carteira da A.B.I e que nunca jamais foram jornalistas ou coisa alguma parecida (...)”.³⁹

Ao citar estes indivíduos portadores das carteiras da A.B.I., o jornalista não só tece uma crítica como reafirma sua posição como intelectual, bem como valoriza os profissionais de imprensa.

No trecho final do artigo, destaca também a questão da publicidade, que foi um dos elementos fundamentais no Desenvolvimento e no crescimento do JB.

Senão vejamos:

“O linotipo revolucionou tudo de uma hora para outra. Deu solidez e garantia aos jornalistas. Ampliou de muito a órbita dos gráficos, permitindo que fizessem mais, e mais recebessem menos tempo, melhorando-lhes indiscutivelmente, a situação anterior. Propiciou o desenvolvimento das empresas de publicidade e as incorporou entre aquelas de maior rendimento econômico.

E foi então que começaram a viver verdadeiramente os grandes jornais. Os que existiam até a época da invenção do linotipo,

³⁹ THOMAZ, Joaquim. Idem. Fl 5.

nasciam e morriam dentro de seus burgos, poucos sabiam da sua existência e se limitavam quase exclusivamente aos assuntos domésticos. Não tinham a visão, a percussão, a desenvoltura dos jornais de agora, que levam por todos os recantos da terra civilizada, e quase que instantaneamente, as notícias do mundo cotidiano.”⁴⁰

Neste trecho convém ressaltar a importância dada pelo jornalista para a integração da imprensa pela via tecnológica com os principais acontecimentos do mundo. Vamos à última, mas não menos importante, transcrição:

“Verdade é que o telégrafo e o rádio foram inestimáveis cooperadores do jornal moderno, mas o linotipo foi dele a alma, o sangue, o coração, sem o que não existiria. Deu-lhe movimento, rapidez, vibração, pondo abaixo o arcaísmo dos métodos da arte gráfica que vinham de Fust e de Schoeffer com passagem por aquele celebrizado João Gensfleisch Guttenberg, de Mogúncia, que não sendo propriamente o pai da imprensa como muita gente supõe contribuiu para o progresso dela muito principalmente no que toca a imprensa com prelo mecânico e letras móveis.

Escrevo estas linhas com o intuito de chamar a atenção para uma efemeridade que merece ser celebrada com maior emoção e reverência. Estamos celebrando, neste mês de maio o centenário do nascimento do inventor do linotipo: Ottman Mergentner.

Ele foi sem dúvida, um benfeitor, não de uma classe somente, de um grupo de indivíduos, mas benfeitor da própria humanidade, que teve com o seu engenho um surto de grandeza inqualificável.

É este o momento propício de evocar o seu nome, enaltecendo-lhe o feito com o calor que só a gratidão sabe dar aos que a bem merecem na posteridade.

Homens como Ottman Mergenthaler dignificam e exaltam a espécie pelo seu altruísmo e a sua renúncia.

Só e só eles nos fazem esquecer o paul e o coaxar dos sapos matreiros que incham o papo de ar e andam aí, aos saltos, lépidos e nojentos com a sua viscosidade e seu limo.

Que o sindicato dos gráficos e jornalistas Profissionais não deixem passar uma palavra de carinho a data do centenário do nascimento do insigne inventor, pai da imprensa moderna, pois ele lhe deu como Maroni o fez com a rotativa elétrica- um dos elementos vitais para a sua estrutura - o linotipo divisor de águas entre a velha e a nova imprensa.”⁴¹

Segundo este artigo podemos perceber que, a propósito de um texto comemorativo, o jornalista irá tratar de elementos que estão no centro das

⁴⁰ THOMAZ, Joaquim. *Ottman Mergenthaler*. Jornal do Brasil. 4 de maio de 1954. fl 5.

⁴¹ THOMAZ, Joaquim. Idem.

discussões referentes à imprensa: a questão da separação da imprensa e da política, o papel do jornalista como profissional reconhecido e o advento da publicidade que permitiu que os jornais se transformassem e deixassem de lado a situação de dependência econômica.

Propugnando a profissionalização, reconhecia seu papel de jornalista e intelectual, bem como legitimava o jornal em que trabalhava como um verdadeiro órgão de imprensa que contava com profissionais que mereciam reconhecimento.

Neste momento em que o JB é alvo de crítica por outros órgãos de imprensa, Joaquim Thomaz vai reafirmar o papel deste periódico como o de um grande órgão de imprensa, dentro do melhor discurso segundo o modelo francês. Demonstrando um jornal que não se reconhecia como popular, e que estava engajado nas discussões que ocorriam neste período, fossem elas relativas ao desenvolvimento da imprensa ou a exploração do petróleo.

Segundo Capítulo

2 – A Questão do Petróleo: as diferentes propostas de exploração

2.1 – Introdução

“Quem entrega o seu petróleo aliena a sua própria independência”
Getúlio Vargas.⁴²

A citação acima foi proferida por Getúlio Vargas em um discurso durante sua campanha eleitoral, no dia 30 de agosto de 1950 em Salvador. Essa frase serve para nos ilustrar da importância do papel que o petróleo iria desempenhar nas discussões referentes ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, o Brasil entra em um período de transformações. A redemocratização vem acompanhada de uma série de debates referentes ao desenvolvimento econômico nacional. O país precisa se questionar sobre o tipo de inserção na política internacional, bem como do modelo de desenvolvimento econômico que será adotado a partir de então.

Nestes debates estão presentes “*sentimentos nacionalistas*”. Esse sentimento nacional tinha suas raízes nos principais acontecimentos do período e suas articulações foram, em grande parte, conseqüências do fim da guerra, da ditadura e do início da Guerra Fria, embora não se limitem a estas.

⁴² RIBEIRO, José Augusto, A Era Vargas, volume 2: 1950-1954: o segundo Governo Vargas. Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2001, pp 36.

Havia uma consciência da necessidade de consolidação do regime democrático bem como um repúdio ao autoritarismo.

O movimento iria contar com a participação de correntes militares, estudantis e parlamentares que formavam de maneira bem diversa esse movimento nacionalista.⁴³

No contexto destes debates, o petróleo surgiu como um ponto de convergência para todos os questionamentos que estão ocorrendo neste período.

A questão do petróleo e a “*Campanha do Petróleo é Nosso*” que vão ocorrer nas décadas de 40 e 50 são o resultado de um longo processo histórico.

2.2 – O petróleo no Brasil

As primeiras menções à exploração de petróleo no Brasil ocorreram na Bahia em 1864, onde foi concedida a Thomas Denny Sargent a permissão para a extração de turfa, petróleo e outros minerais nas comarcas de Camaru e Ilhéus, na Bahia.⁴⁴

Neste momento, no entanto, não havia ainda uma legislação definida no que se refere ao problema da exploração de minerais. A legislação existente tratava apenas das pedras e metais preciosos bem como de minérios conhecidos.

As primeiras leis referentes à exploração de minerais surgiram a partir dos problemas e das dificuldades geradas com essas iniciativas.

⁴³ RAMOS, Plínio de Abreu A imprensa nacionalista no Brasil. In Abreu, Alzira Alves (org). *A imprensa em transição; o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp 63.

⁴⁴ LUCIANO de Mattos Dias, Maria Ana Quaglino, *A Questão do Petróleo no Brasil - Uma História da Petrobrás*, Rio de Janeiro, CPDOC/SERINST- Fundação Getúlio Vargas - Petróleo Brasileiro S.A., 1993. pp 2.

É importante observar que em seus primórdios, no Brasil, a exploração do petróleo, bem como de outros combustíveis minerais, esteve associada à exploração dos minerais em geral. O petróleo era um dos minerais que poderia existir e poderia ser explorado. Não havia ainda neste momento, um reconhecimento do petróleo como um elemento fundamental ao desenvolvimento de um país (como iria ocorrer posteriormente). Neste momento, a legislação iria tratar da questão dos minerais em geral.

Somente com a constituição de 1891 é que vai ser estabelecida a questão da propriedade do solo e do subsolo, que será concedida ao proprietário das terras, nos moldes da constituição liberal norte-americana.⁴⁵

No entanto, essa legislação não foi suficiente para incentivar o surgimento de uma exploração efetiva dos minerais brasileiros. Na verdade, ao transferir ao proprietário todo esse poder, ela acabou por dificultar ainda mais essa exploração. A maioria dos proprietários de terras não tinha interesse nesta atividade econômica, devido à ausência de informação técnica, bem como a de instrumentos necessários.

A exploração destes minerais era uma atividade onerosa e que não traria benefícios rápidos. Além disso, a agricultura, principalmente o café, era a atividade econômica predominante. A cultura das atividades agroexportadora ainda era muito forte. Por isso, durante muito tempo, as poucas iniciativas que ocorrem partiram de grupos estrangeiros que possuíam a técnica e os recursos necessários.⁴⁶

No entanto, deu-se aí início a problematização da exploração de nossos recursos minerais, de maneira mais ampla, e mais especificamente do petróleo. Pela

⁴⁵ LUCIANO de Mattos Dias, Maria Ana Quaglino, *A Questão do Petróleo no Brasil - Uma História da Petrobrás*, Rio de Janeiro, CPDOC/SERINST- Fundação Getúlio Vargas - Petróleo Brasileiro S.A., 1993.

⁴⁶ DIAS, Luciano de Mattos. *Idem*. pp 7.

primeira vez a exploração de combustíveis minerais começou a ser pensada pela legislação brasileira.

O petróleo vai surgir como elemento das preocupações relativas ao desenvolvimento, principalmente após a Primeira Guerra Mundial como uma consequência das transformações que a economia brasileira vinha sofrendo desde os primeiros anos do século XX.

Com o aumento do crescimento industrial e a necessidade de provisão interna de combustíveis minerais, o petróleo entra na pauta das preocupações oficiais.

Isto foi consequência da observação de um duplo problema: o aumento rápido do consumo interno e a dependência externa no que se referia ao abastecimento. Em segundo lugar, devido à impressão causada pela vulnerabilidade dos exércitos europeus relacionados a uma necessidade de fornecimento externo de combustível e pelas manobras diplomáticas das potências européias no sentido de garantir fontes externas de suprimento de petróleo.⁴⁷

Políticos, imprensa e intelectuais começaram a unir os três elementos que comporiam o quadro intelectual do problema, daí em diante: a relação entre a indústria do petróleo e o desenvolvimento econômico, a vulnerabilidade militar e as realidades da política internacional do petróleo. Esses elementos constituiriam a base para todos os debates posteriores referentes ao petróleo.

Neste momento começa-se a pensar a questão da soberania nacional, entendida, sobretudo como autonomia, em território nacional de uso e gerenciamento de recursos. Um país para ser independente teria de ter, no mínimo, o controle de seus recursos minerais.

⁴⁷ Idem. pp 8.

A Primeira Guerra deu origem a um processo de reflexões entre os intelectuais de todo mundo. No Brasil, a guerra associada a outros fatores de ordem interna levou a uma análise de questões como as da nacionalidade e ao desenvolvimento econômico do país.

A antiga legislação liberal começou a ser criticada, uma vez que ela não favorecia a exploração do petróleo, conforme já foi observado. Ainda não havia técnica nem materiais disponíveis para permitir essa exploração. As iniciativas eram feitas de maneira privada e eram extremamente onerosas. Além disso, essa legislação facilitava o acesso de grupos estrangeiros que poderiam explorar esses minerais através de concessões.

Essa questão não pode ser analisada fora do contexto das discussões de propostas e projetos enunciados sobre a questão da soberania nacional e do(s) nacionalismo(s). É necessário considerar os ideários nacionalistas, desenhos da nação brasileira, que alimentaram, no período, as discussões e serão tomados como argumentos nas disputas pela hegemonia e definição de política de Estado.

Intelectuais como Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Olavo Bilac, Manuel Bonfim, Euclides da Cunha e Alberto Torres, foram de grande importância nestes questionamentos referentes à nacionalidade brasileira.⁴⁸

Eles começaram a pensar questões como a da identidade do povo brasileiro, nacionalidade e o modelo de desenvolvimento proposto para o Brasil. Euclides da Cunha ao publicar “*Os Sertões*” definiu um marco neste processo. Ele foi um dos

⁴⁸ É importante observar que embora estes autores tenham contribuído de maneira fundamental para o pensamento nacional que irá se desenvolver na década de 20. Esta dissertação não irá se aprofundar nas inúmeras contribuições destes autores para o entendimento da construção de uma identidade nacional. Uma vez que o objetivo deste capítulo será o de apresentar as principais correntes de pensamento que vão ocorrer na década de 50. No entanto é importante observar que as idéias de Monteiro Lobato e Alberto Torres foram de grande influência para os movimentos da década de 50, por isso a análise delas será feita de maneira a conduzir para os elementos que serão fundamentais para o entendimento do processo na década de 50.

primeiros a lançar um olhar para o homem do interior e se questionar quem era esse homem, que era um brasileiro, mas cuja realidade era tão distante daquela que observada dentro do perímetro urbano. Como repórter, enviado especial, ele foi uma testemunha ocular do processo que ali ocorreu.

Com “*Os Sertões*”, os intelectuais lançaram o primeiro olhar para o interior do país. A obra de Monteiro Lobato também irá fornecer uma importante contribuição para este pensamento do povo brasileiro. Durante os anos da década de 1910, ele irá criar o Jeca Tatu. Este personagem surgiu em um artigo enviado pelo autor ao Estado de São Paulo, em 1914 e mais tarde apareceu no livro “*Urupês*”, em um conto com o mesmo nome.⁴⁹

Ao construir este personagem Lobato observa a questão da nacionalidade brasileira. Para ele, o caboclo é indolente, não busca se aprimorar ou evoluir culturalmente; ele é um indivíduo apático.

Lobato, ao apresentar um olhar duro sobre o caboclo brasileiro, tece uma crítica à sociedade brasileira que não possui ainda uma identidade nacional e que se volta para um modelo europeu em busca de um exemplo. Ele busca a construção de uma personalidade brasileira.

No conjunto das soluções para superar o quadro de apatia, Monteiro Lobato projeta o desenvolvimento tecnológico e aponta o petróleo – e a política de exploração petrolífera - como um elemento central. Para ele, o petróleo é uma das chaves que irá favorecer o desenvolvimento brasileiro. No entanto, para ele o governo trata da questão com muito vagar.

Alberto Torres, também iria exercer grande influência na questão nacional. Ele lança dois livros de grande importância para esse pensamento intelectual

⁴⁹ LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*: Ed Brasiliense, 1957. 8ª edição.

brasileiro: “*O Problema Nacional Brasileiro*” e “*A Organização Nacional*”. Nestas obras iremos encontrar alguns elementos referentes a esses problemas da nacionalidade bem como as questões relativas ao desenvolvimento nacional.

Para Torres, bem como para a maioria dos intelectuais deste momento, o brasileiro ainda não tinha uma identidade nacional. Cultura e nacionalismo eram elementos que ainda estavam em construção, cabendo ao Estado agir de forma a garantir esses recursos. Além disso, iremos encontrar também em Alberto Torres preocupações relativas ao domínio dos nossos recursos minerais, que foram influências marcantes para os debates referentes ao petróleo.

Diz Alberto Torres:

“Uma nação pode ser livre, ainda que bárbara, sem garantias jurídicas; não pode ser livre, entretanto, sem o domínio de suas fontes de riqueza, dos seus meios de nutrição, das obras vivas de sua indústria e do seu comércio.”⁵⁰

Este trecho demonstra que, naquele momento, já havia a consciência da necessidade de controle de nossas riquezas minerais. Seu pensamento influenciou a obra do General Juarez Távora, cujas idéias foram de grande influência na campanha do petróleo, no que se refere ao controle do petróleo brasileiro.⁵¹

A constituição federal de 1926 ao incluir no artigo 72 que: “*as minas e as jazidas minerais necessárias á segurança e a defesa nacional e as terras onde existiram não podem ser transferidas a estrangeiros.*”⁵², já reflete a preocupação com a questão da soberania.

⁵⁰ TORRES, Alberto, in Távora, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1955. pp 45.

⁵¹ A tese do general Juarez Távora será observada com maior cuidado mais adiante.

⁵² DIAS, Luciano de Mattos, Maria Ana Quaglino, *A Questão do Petróleo no Brasil - Uma História da Petrobrás*, Rio de Janeiro, CPDOC/SERINST- Fundação Getúlio Vargas - Petróleo Brasileiro S.A., 1993. pp 15. Grifo meu

Embora na década de 20 fossem dados os primeiros passos no que se refere aos recursos minerais brasileiros, a questão vai se intensificar durante a década de 30.

Ainda 1927, o deputado federal e ex-Ministro da Agricultura, Ildefonso Simão Lopes apresentou um projeto de lei onde segundo ele o ponto-chave seria o artigo que dizia que: “*as jazidas de petróleo não podem pertencer a estrangeiros, nem ser por eles exploradas*”⁵³.

Além disso, Simão Lopes também iria advogar por um controle sob o comércio de derivados do petróleo, associando-o ao desenvolvimento da exploração e ao refino do petróleo no país.

Na década de 30 vai ocorrer um repúdio total à legislação de minas do período anterior. Ainda que a exploração do petróleo propriamente dita não sofra nenhum avanço. O governo adotou uma tendência de legislar em nome dos interesses da União no que se refere à exploração das riquezas minerais do país.

Medidas legais a partir da elaboração de anteprojetos como o dos Códigos de Minas e Águas, bem como de normas para a autorização do governo federal para a pesquisa e lavra das jazidas minerais surgem em 1931.⁵⁴

Durante o governo provisório, o general Juarez Távora, comanda o Ministério da Agricultura e elabora um Código de Minas extremamente restritivo e nacionalista.

É importante observar que até o Estado Novo não havia qualquer controle especial sobre a indústria do refino por parte da União e também, não existia ainda, qualquer participação do Estado na atividade. Embora já corresse entre a burocracia

⁵³ DIAS, Luciano. Idem

⁵⁴ DIAS, Luciano. Idem

estatal e especialmente entre os militares e diplomatas às notícias da Argentina e o Uruguai que obtiveram bons resultados com a participação do Estado neste assunto.

Em 1938 esse quadro começou a se alterar, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e foi decretado que toda atividade relativa ao setor petrolífero ficasse a cargo do governo federal.⁵⁵

Em 1941, em Candeias foi descoberto o primeiro campo comercial. Ele foi perfurado através da utilização de equipamentos estatais, e constituiu um verdadeiro marco para aqueles que defendiam a exploração estatal.

De 1938 a 1943, a CNP teve em sua direção um pequeno grupo de técnicos e militares sob o comando do General Horta Barbosa. Este combateu o capital estrangeiro e tentou fortalecer o papel do Estado na área do refino chegando a elaborar uma proposta de monopólio estatal.⁵⁶ O monopólio estatal, entretanto, ainda estava longe de ocorrer. A proposta do CNP foi encaminhada ao Conselho Federal do Comércio Exterior que analisou a questão.

Como resultado, foi promulgado o decreto lei de número 395 de 1938 que declarou o que o abastecimento de combustíveis era um elemento de utilidade pública e que as empresas de refino de petróleo só poderiam ser formadas por brasileiros natos.

Essa nacionalização das indústrias repercutiu sobre as grandes companhias estrangeiras de petróleo, que detinham o controle da importação de derivados no Brasil, que começaram a agir de diversas formas no sentido de superar a legislação posta em vigor. Essas companhias estavam preocupadas com o seu futuro no mercado brasileiro. Neste momento tem início o processo de lutas entre o cartel internacional do petróleo e a direção do CNP.

⁵⁵ idem,pp 21.

⁵⁶ Idem pp 23.

A criação do CNP sinaliza um momento irreversível na definição de uma política para o petróleo, cuja necessidade era evidenciada pela crescente pressão dos militares. Para eles, a definição da política do petróleo se apresentava cada vez mais urgente, a fim de afastar as ameaças sobre a soberania nacional.

Em 1946, com o governo de Dutra, e com o processo de redemocratização do país, a atuação dos trustes se faz crescente e a Standard Oil⁵⁷ estabelece ligações com um grupo de deputados liderados por Benedito da Costa Neto para que estes defendam junto ao congresso seus interesses.

Em 1948 é encaminhado ao Congresso pelo presidente Dutra o ante-projeto do Estatuto do Petróleo. Pelo novo projeto poderiam explorar recursos minerais, inclusive o petróleo, brasileiros e sociedades organizadas no país, enquanto que pela constituição de 1937 somente brasileiros natos poderiam fazê-lo.⁵⁸ Essa proposta de mudança é atribuída a presença dos “trustes”.

No momento as descobertas feitas nos poços de Lobato ainda eram incipientes para justificar uma política de governo para tratar da questão.

A alegação associada às deficiências técnicas brasileiras e a presença dos trustes de justificava a atitude do governo.

Diante desta nova perspectiva, a Campanha pelo monopólio estatal adquire um aspecto mais combativo.

Em 1948, o grupo favorável ao monopólio estatal fundou o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, que tinha como objetivo centralizar a atuação da campanha.

⁵⁷ A Standard Oil Company foi criada em 1860 por John David Rockefeller, em um momento em a exploração industrial do petróleo era feita com o refino do querosene para iluminação. Ela foi fruto da concentração de capitais nas áreas de refino e transporte e se transformou no primeiro truste do setor petrolífero. Nos anos de 1870, quase todo o suprimento de querosene comercializado no mundo provinha das refinarias da Standard.

⁵⁸ DIAS, Luciano de Mattos, Maria Ana Quaglino, *A Questão do Petróleo no Brasil - Uma História da Petrobrás*, Rio de Janeiro, CPDOC/SERINST- Fundação Getúlio Vargas - Petróleo Brasileiro S.A., 1993. pp 20

Com isso, a partir de 1948 a campanha passa a ser divulgada pela imprensa, que até então havia se limitado a apenas algumas notícias esparsas.

Essa ampliação da campanha para a imprensa pode ser interpretada como uma reação dos grandes órgãos de imprensa ao surgimento do chamados “*jornais nacionalistas*”. Periódicos como a *Revista do Clube Militar*, e o *Jornal de Debates*⁵⁹, passam a divulgar amplamente em suas páginas as idéias favoráveis ao monopólio estatal, tecendo duras críticas ao governo Dutra.

Ao mesmo tempo grande parte dos órgãos de imprensa vai apresentar uma campanha favorável a penetração de capitais estrangeiros na nossa economia.

O governo Dutra foi acusado, pelos monopolistas, de se alinhar à estratégia política defendida pela Casa Branca. Essa atitude suscitou debates ao longo de seu governo, a imprensa escrita se dividiu em relação a esse posicionamento. Os artigos publicados em ambos os lados cada vez mais adquiriam um aspecto combativo.

Dutra enfrentava dois problemas fundamentais: a necessidade de redemocratização do país e a necessidade de promover seu desenvolvimento econômico. E medida em que o governo Dutra chegava ao fim, o consumo de derivados e as taxas muito elevadas para importação do petróleo demonstraram ser imprescindível reduzir as importações. A importação do petróleo pesava na balança de pagamento de um país que era praticamente monoexportador de café.

Para agravar ainda mais a questão o consumo diário de barris de petróleo sofreu um enorme aumento. Em 1945 eram consumidos, cerca de 34 mil barris

⁵⁹ É importante observar, que a revista do Clube Militar, já existia desde 1926, mas começou a se envolver de maneira bastante ativa na campanha do petróleo com a publicação de uma série de artigos que eram favoráveis ao monopólio estatal.

O *Jornal de debates*, por sua vez foi criado em 1946 por Marcos Pimenta e tinha como pretensão ser uma tribuna livre onde todos pudessem expor suas idéias.No entanto devido a essa postura o jornal passa a ser utilizado para a divulgação das idéias monopolistas. Ramos, Plínio de Abreu.A imprensa Nacionalista No Brasil.In Abreu, Alzira Alves de. A imprensa em transição: O jornalismo brasileiro nos anos 50. Editora fundação Getúlio Vargas. 1996

diários de derivados de petróleo, e em 1950 esse número aumentou para cerca de 100 mil barris diários.

A refinaria de Mataripe criada em 1950, só conseguia refinar cerca de 2.500 barris por dia.⁶⁰

Neste momento diminua a esperança de suprir o consumo interno com a concretização dos projetos das refinarias privadas e estatais. Isso ocorria porque a efetivação dos projetos encontrava dificuldades de ordem financeira e política.

Apesar das conquistas alcançadas, os problemas da manutenção econômica da exploração levaram alguns grupos a reafirmarem a necessidade da entrada de capitais estrangeiros para esta auxiliar nesta tarefa.

Em meio a essa conjuntura, Getúlio Vargas, como candidato às eleições presidenciais de 1950, anunciou que se eleito fosse trataria de dar solução ao problema.

Em seus discursos durante a campanha eleitoral Vargas tratou de assuntos como o do aumento do salário mínimo, a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores do campo, a eletricidade e a questão do petróleo.

Foi em seu discurso proferido em 30 de agosto de 1950, em Salvador, Bahia, que ele demonstrou qual seria o seu posicionamento em relação à exploração do petróleo:

“O governo público está enrodilhado num cipoal de contradições e incertezas. No entanto, não faltam os exemplos das perigosas situações criadas aos países que confiaram a exploração de suas reservas petrolíferas a grupos estrangeiros. Por outro lado, a posição vantajosa do Uruguai, que refina, sob monopólio estatal, o petróleo importado para seu consumo interno, mostra como esta solução

⁶⁰ *Para o reparo do Petróleo Brasileiro*. Jornal do Brasil. 3 de fevereiro de 1950

merece ser cuidadosamente examinada antes de qualquer providência definitiva”.⁶¹

E ainda:

“Não nos devem seduzir, por isso, por mais tentadoras que se apresentem, as sugestões dos que advogam **a entrega, as organizações internacionais**, do petróleo cuja existência no Brasil, graças ao meu governo, já não podem mais negar. Nem nos devemos intimidar com as veladas ameaças que se agitam contra nossa indeclinável decisão, porque precisamos ser realistas e perseverar na incondicional defesa dos supremos interesses da Nação.”⁶²

O discurso de Vargas em sua campanha demonstra o novo patamar atingido pela questão do petróleo. Ela agora entrava em pauta como um assunto que não poderia mais ser adiado.

Além disso, a presença do tema em um discurso de campanha demonstra que o tema já estava consolidado dentro dos debates referentes ao desenvolvimento econômico nacional. O petróleo era encarado como um elemento fundamental ao desenvolvimento brasileiro.

O segundo governo de Vargas foi marcado pelo debate, que culminou com a criação da Petrobrás.

É importante observar que a Campanha do Petróleo não representou um fato isolado, nem foi apenas uma consequência do fim da segunda guerra, mas sim um processo cujas raízes estão ligadas a uma necessidade de construção de um sentimento nacional.

A Campanha “*O petróleo é nosso*” é o coroamento de todas as discussões referentes ao controle dos nossos recursos minerais, que ocorreram no país desde a

⁶¹ RIBEIRO, José Augusto, A Era Vargas, volume 2: 1950-1954: o segundo Governo Vargas. Rio de Janeiro. Casa Jorge Editorial, 2001 pp 36

⁶² RIBEIRO, José Augusto. Idem

década de 20. Ela foi um movimento que conseguiu envolver diferentes camadas da sociedade, e não apenas os intelectuais e os parlamentares.

Tendo em vista essa conjuntura, no segundo governo de Vargas iremos notar a presença de dois grandes grupos polarizados: monopolistas - identificados “*nacionalistas*” e alinhados com a tese Horta Barbosa; não monopolistas – identificados como entreguistas - embora não apresentando a sistematização peculiar apresentada como tese. Se utilizaram, uns mais que outros das idéias do general Juarez Távora.

2.3 – A tese Horta Barbosa

"Alicerce da independência econômica de um povo, a indústria da refinação deve ser criada, com a descoberta ou não das jazidas de petróleo." General Horta Barbosa.⁶³

Primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo (fundado em 1938), o general Horta Barbosa sempre esteve inserido nas discussões referentes à exploração de petróleo. Defensor da exploração através do monopólio estatal ele irá estruturar sua tese em torno da questão da segurança nacional. Para ele o Estado deve garantir a soberania nacional através da presença do petróleo como um recurso estratégico.

A construção da tese do petróleo como um recurso estratégico é fruto de uma dinâmica estruturada entre as conjunturas internas e internacionais. Essa dinâmica passou a ser percebida de forma mais intensa, principalmente a partir da conflagração das Guerras Mundiais.

⁶³ Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro, verbete Petrobrás, in <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/>.

A imprensa trouxe para dentro do país uma percepção mais aproximada dos conflitos que estavam ocorrendo na Europa. Os brasileiros, e, principalmente os militares, começaram a se questionar a respeito da soberania nacional. Esta vai ser entendida aqui como uma autonomia do território nacional com o uso e o controle dos recursos que ele é capaz de fornecer.

Esse sentimento que começa a se desenvolver durante a Primeira Guerra Mundial sofre um aumento durante a Segunda Guerra. Isso é causado pela participação brasileira no conflito, os militares brasileiros observaram os efeitos reais da falta de autonomia. Para os militares a ausência da auto-suficiência em petróleo aumentava sua fragilidade. Em um mundo moderno onde a guerra é feita com tanques, caminhões, automóveis e aviões a dependência pelo combustível é muito grande. Dessa forma, a impressão que predomina é a de que um país capaz de gerenciar seu petróleo é um país que apresenta as condições mínimas para manter sua soberania.

Convém mencionar que a questão da necessidade da soberania nacional foi entendida da mesma forma pelo general Horta Barbosa, quanto pelo general Juarez Távora. Como militares ambos possuíam uma perspectiva no que se refere às necessidades estruturais do país. Para eles o controle dos recursos naturais representava a base da soberania nacional, um país só poderia ser independente se controlasse seus próprios recursos.

Para o general Horta Barbosa, a soberania estava ligada a uma independência estrutural do país. Segundo Eliane Garcindo de Sá, sua tese entende como segurança nacional uma maior autonomia do Estado. Diz ela:

“O ponto central da argumentação através da qual Horta Barbosa explicita a função a ser desempenhada pelo Estado, diante

das condições históricas em que se coloca, é a consideração do petróleo como recurso estratégico e definidor da soberania nacional. Assim, estabelece diretrizes para uma conduta política garantidora dessa soberania. Isto implica na intervenção e atuação do Estado no processo de criação e manutenção de condições para efetivação da política recomendada, controle de diretrizes, regulamentações e sustentação de meios de pesquisa e desenvolvimento técnico.”⁶⁴

Juarez Távora, no entanto, vai entender a questão da soberania associada a segurança continental, onde o Brasil, aliado dos norte-americanos estaria garantindo condições para a independência deste continente, bem como minar os possíveis elementos da “ameaça comunista”.

No entanto a diferença entre suas idéias reside, sobretudo na maneira como a exploração do petróleo será tratada. Neste ponto o entendimento destes militares se deu de maneira oposta.

O general Horta Barbosa permanece na presidência do CNP até 1943, quando se afasta para assumir suas atividades militares, em virtude da guerra. No entanto, desde a década de 30 o general já se encontra envolvido na questão. Para ele o governo faz poucos esforços no sentido de agilizar o processo de exploração de nossas jazidas, bem como esse atraso se deve a presença das companhias estrangeiras:

“A não serem tímidas explorações, nada de positivo se tem feito em nosso país consoante a obtenção desse precioso combustível. A repartição especializada no assunto [Departamento Nacional da Produção Mineral] e alguns engenheiros apressam-se em proclamar a não existência do petróleo em nosso território. O governo, a seu turno, e apesar das declarações de tais técnicos, tem

⁶⁴ SÁ, Eliane Garcindo. Petróleo e nacionalismo: a campanha pelo monopólio estatal no Brasil e a Revista do Clube Militar. In: FRECHILLA, Juan José M. y ARNAL. Yolanda Texera. Petróleo Nuestro y Ajeno: la ilusión de modernidad. Venezuela: Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, 2004. pp 435-475.

autorizado o funcionamento de companhias que buscam o petróleo! Surge, então, a dúvida”. - General Horta Barbosa⁶⁵

Enquanto presidente do CNP, Horta Barbosa elaborou uma proposta pelo monopólio estatal, que não foi aceita, mas conseguiu restringir a participação de estrangeiros nas atividades ligadas ao refino.

Em abril de 1948, os partidários do monopólio estatal sob o lema “*O petróleo é nosso*” constituíram o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, que mais tarde foi ampliado para Centro de defesa do Petróleo e da Economia Nacional.⁶⁶ O general Horta Barbosa é nomeado presidente de honra do centro.⁶⁷

O centro vai contar com o apoio da Revista do Clube Militar para divulgação de sua campanha bem como o Jornal de Debates.

Entre 1947 e 1952 os militares favoráveis ao monopólio estatal vão divulgar através da Revista riscos para o país ao permitir a atuação dos “*trustes*” na exploração nacional do petróleo. O Clube Militar irá promover debates, conferências e discussões. Através do Clube Militar vão se concentrar os esforços dessa corrente favorável ao monopólio.⁶⁸

Contando com o apoio do Clube e da revista Horta Barbosa utilizou estes instrumentos como um meio de divulgação de sua tese.

⁶⁵ Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro, verbete Petrobrás, in <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/> . Fala ao do ministro Odilon Braga, se dirigiu ao titular da pasta da Guerra na qualidade de diretor de Engenharia do Exército, em memorial de 30 de janeiro de 1936.

⁶⁶ SÁ, Eliane Garcindo. Petróleo e nacionalismo: a campanha pelo monopólio estatal no Brasil e a Revista do Clube Militar. In: FRECHILLA, Juan José M. y ARNAL. Yolanda Texera. Petróleo Nuestro y Ajeno: la ilusión de modernidad. Venezuela: Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, 2004

⁶⁷ SÁ, Eliane Garcindo, idem

⁶⁸ SÁ, Eliane Garcindo, idem

Inicialmente para ele, a questão estava concentrada na necessidade de se criar uma indústria de refinação. Esse seria o primeiro passo para garantir a independência.

“Enquanto é livre o mercado de óleo cru, é essencialmente monopolista a indústria da refinação, exercida pelos trustes ou pelo Estado.

Porque não possui, ainda a indústria de refinação digna desse nome, importa o Brasil os refinados de petróleo, ao preço que impõem os grupos, americano e ingleses, que dominam o mercado. Compete ao Conselho Nacional de Petróleo, em virtude de disposição legal, fixar os preços máximo e mínimo dos derivados de petróleo, mas, não possuindo o Conselho indústria de refinação, a prerrogativa que lhe conferiu a lei não passa de uma abstração. Temos de aceitar os preços propostos pelas Companhias.”⁶⁹

Na construção de sua tese, Horta Barbosa, vai consolidando a necessidade de um controle Estatal do petróleo como um instrumento fundamental para a autonomia da nação:

“Petróleo não é ferro, nem estrada de ferro. Petróleo é a base da economia e da defesa militar de um País. Não há como, na indústria do petróleo, se associarem o Estado e particulares. Se a indústria do petróleo visar a lucros comerciais, perde o seu caráter de utilidade pública. Com esse caráter, deixa de ser interessante para os capitais privados. É uma injustiça social entregar o privilégio da indústria do petróleo a alguns, mesmo sob a forma de ações de uma sociedade mista. O petróleo pertence à Nação, que há de dividí-lo, igualmente, por todos os seus filhos.”⁷⁰

Para Horta Barbosa o petróleo é um dos recursos estratégicos capaz de garantir a soberania da nação, e somente com o controle dos recursos minerais.

⁶⁹ SÁ, Eliane Garcindo de. Idem

⁷⁰ idem

2.4 – A questão do petróleo segundo o general Juarez Távora⁷¹

“... não parece possível resolver-se, em condições satisfatórias de proporção e oportunidade, o nosso problema petrolífero, com o auxílio exclusivo de nossos próprios capitais.”
General Juarez Távora⁷²

Assim como o general Horta Barbosa, o general Juarez Távora também esteve inserido na questão do petróleo desde a década de 30. A sistematização da questão do petróleo e a solução para a sua exploração foram objeto de elaboração cuidadosa do general Juarez Távora e está exposta no Texto: *“Petróleo Para o Brasil”*. É uma conferência do general Juarez Távora no Clube Militar que detona a campanha pelo monopólio - com a realização conseqüentemente de conferência de Horta Barbosa no mesmo Clube.

Ao contrário dos monopolistas, que formaram o Centro de Estudo e defesa do Petróleo, não havia esse tipo de entidade por parte da oposição.

A estratégia utilizada foi diferente, não havia uma tese em torno da qual os *“entreguistas”* se reuniam. As idéias do general foram uma referência adotada por este grupo, que não utiliza apenas os argumentos do general.

Esta ausência de direção política, associada ao fato de grande parte da imprensa ser favorável à penetração de capitais estrangeiros, nos leva conclusão de que este grupo acreditava que essa presença estrangeira seria um caminho natural; que isso já estaria consolidado.

⁷¹ É importante observar que, embora o general Juarez Távora não tenha elaborado uma tese para a exploração do petróleo, como foi a Tese Horta Barbosa. Sua contribuição foi inegável.

Ao contrario da “Tese Horta Barbosa”, que foi amplamente citada pelos jornais defensores do monopólio as idéias do general Távora foram percebidas através da análise do JB, embora este jornal poucas vezes tenha citado o referido general. Optamos por diferenciar as posições contrapostas a partir do JB.

⁷² TÁVORA, Juarez . Petróleo para o Brasil.Rio de Janeiro. Editora José Olympio,1955. pp 101.

O uso de argumentos favoráveis a participação externa são relacionados às dificuldades técnicas e matérias que indicaria estar longe do Estado brasileiro a possibilidade de autonomia na questão. Com isso, se construiu um discurso que reconhece a necessidade do auxílio do capital estrangeiro reforçado pelo sentimento de cooperação pan-americana.

O general Távora vai reunir suas idéias bem como algumas entrevistas que havia dado em um livro: *“Petróleo para o Brasil”*. Neste livro podemos observar os principais argumentos defendidos pelo general e como ele entende a questão da entrada de capitais estrangeiros. Senão vejamos:

“9) Do ponto de Vista de política exterior e continental:

a) Não devemos furtar-nos à cooperação econômica que nos impõem nossa tradição internacional e, especialmente, os compromissos de política pan-americana, dando, desnecessariamente, à solução do nosso problema petrolífero um cunho jacobinista.

b) Em contrapartida, ficaremos com o direito de reclamar aos nossos vizinhos do continente, especialmente aos norte-americanos mais responsáveis do que quaisquer outros pela fraternidade econômica e pela segurança coletiva continental - que nos proporcionem sem imposições imperialistas nem espoliações monopolistas- os capitais, equipamentos e técnicos de que necessitamos para a solução adequada do problema.

c) Só diante da inviabilidade provada de uma cooperação reciprocamente proveitosa e cabível em termos de interesse mútuo - deve recorrer-se às soluções extremas, mais demoradas e penosas, sujeitas mesmo a ser entravadas por algumas represálias econômicas.”⁷³

Para ele esse auxílio, não consiste na entrega do monopólio ao “trustes” estrangeiros, mas sim em um trabalho progressivo que possibilitasse ao país atingir sua autonomia. No que se refere a questão da segurança nacional ele diz:

“ ... do ponto de vista da segurança- quer nacional quer continental- o essencial é que existam campos petrolíferos em exploração efetiva,

⁷³ TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1955. pp 98

com reservas mediadas capazes de atender imediatamente, a uma demanda eventual de guerra e, bem assim, refinarias com capacidade suficiente para atender, com igual presteza, a esse aumento de demanda no que se refere a refinados.”⁷⁴

Para Távora, o petróleo nacional estava relacionado a um problema de segurança nacional, muito mais que um objetivo comercial. Não há um interesse imediato em lançar o Brasil como um país capaz de concorrer com os “*trustes*”, mas sim, capaz de suprir as necessidades internas do país, bem como do continente americano como um todo. Petróleo era sinônimo de segurança continental.

É importante ressaltar que, muitas vezes a fala de Juarez Távora foi confundida com o chamado discurso “*entreguista*”. Esse apoio pejorativo foi dado pelos defensores do monopólio estatal, que teceram duras críticas a seus opositores.

Para os defensores do monopólio, permitir a presença de capitais estrangeiros junto às nossas refinarias seria o mesmo que entregar o país nas mãos do imperialismo.

Ao considerar os opositores do monopólio estatal como “*entreguistas*”, esse grupo se autodenominava “*nacionalista*”. Por isso, durante todo o período da Campanha do Petróleo iremos encontrar a presença de dois grupos: os auto-intitulados nacionalistas e os entreguistas. Ou seja, os favoráveis e os contrários ao monopólio.

No entanto, embora na fala Juarez Távora esteja presente a constatação da necessidade de um auxílio do capital estrangeiro ele não se dá através da entrega de nosso petróleo a este capital.

⁷⁴ idem pp 103

Conforme foi observado, Távora defendia a segurança nacional, baseada em uma cooperação continental. Com isso considerar sua fala como “*entreguista*” estaria reduzindo o papel das idéias defendidas por ele.

2.5 A posição assumida pelo Jornal do Brasil

Nos anos de 1940, vamos encontrar o JB em franco processo de recuperação econômica. O formato adotado pelo jornal, com classificados em suas primeiras permitiu que este jornal mantivesse sua posição como um órgão de imprensa de grande circulação e com um número consolidado de leitores.

Na década de 50, o JB estava entre os maiores órgãos de imprensa do Rio de Janeiro.

Com o advento da campanha do petróleo e à medida em que esta se torna mais combativa, o JB passa a se envolver de maneira bastante efetiva neste processo.

A postura defendida por este jornal apresentou grande convergência com a tese do general Juarez Távora. O JB era favorável à entrada de capitais estrangeiros no país. No entanto esse discurso se desenvolveu de maneira bastante particular.

O jornal construiu em suas páginas uma imagem do país cuja realidade econômica não permitiria com que explorássemos nossas próprias riquezas minerais. Essa imagem foi apresentada de maneira sistemática e acompanhou as mudanças no debate da campanha do petróleo.

Os anos de 1948 e 1949 representam os anos em que a campanha chega aos grandes órgãos de imprensa. Neste momento, o debate referente ao petróleo ainda se apresenta de maneira restrita, nas páginas do JB.

A maioria dos artigos que tratavam do petróleo aparece junto com outros referentes à exploração do carvão mineral. Nestes artigos o argumento mais recorrente é o de que: o país não apresenta minerais em quantidade e com qualidade suficiente para atender as necessidades nacionais. Diferente do que ocorre com os EUA que apresentam minerais de qualidade suficientes para atender a demanda nacional.

Nas páginas do JB, vamos encontrar referências aos relatórios de técnicos norte-americanos que apregoavam a má qualidade do petróleo nacional.

Nestes argumentos podemos perceber a presença de dois elementos: o primeiro se refere à questão da técnica e o segundo à presença da influência norte-americana. A ausência de técnicos e de tecnologia suficientes foi um dos grandes obstáculos enfrentados pelo grupo favorável ao monopólio. Uma das primeiras preocupações foi a formação de um grupo de técnicos capazes de atender a essa necessidade. Muitos destes técnicos pertenceram ao exército, que devido às preocupações referentes à segurança nacional investiu na formação destes profissionais.

No que se refere aos relatórios dos técnicos norte-americanos, citados em alguns editoriais, podemos levantar duas hipóteses: a de que eles foram financiados pela Standard Oil, que tinha interesse na exploração do petróleo brasileiro, ou que esses relatórios poderiam constituir uma estratégia utilizada pelo jornal para desestimular o grupo favorável ao monopólio.

No entanto, a medida em que foram feitos novos levantamentos, por técnicos brasileiros, ligados ao CNP, que comprovaram a presença deste petróleo o argumento defendido pelo JB se modificou. No final do ano de 1949, temos um aumento considerável no número de artigos referentes à questão.

Estes artigos apresentam um novo teor. Neste momento, vamos encontrar as primeiras referências aos problemas econômicos nacionais. As notícias referentes à qualidade de nossos minerais vão sendo substituídas por novos argumentos.

A realidade nacional passa a ser interpretada como a de um país cujo déficit na balança comercial torna inviável a exploração do petróleo com a utilização dos recursos do Estado.

O petróleo vai aos poucos se transformando em um elemento central de todos os debates do JB.

“Se por um lado existe um grupo que pretende cortar fundo nas despesas, outro ainda mais numeroso se propõe a tapar os olhos. – A realidade, votando diariamente maiores liberdades pesando nos encargos da administração pública. Não há nenhuma perspectiva animadora de grandes alterações no sombrio quadro orçamentário, parece coisa remota se não impossível. Se for esta a realidade brasileira, como poderá ser exequível qualquer projeto concebido no sentido de dar uma forma prática a opinião que alguns sustentam de que o petróleo deve ser explorado pelo Estado! Ora o problema do petróleo é urgente, não pode o país ficar privado de uma riqueza utilizável e capaz de modificar o aspecto de sua economia de penúria dando-lhe um ritmo capaz de aproximá-lo da fartura ou pelo menos do desafogo.”⁷⁵

O JB defende a tese de que a presença de capitais norte-americanos, não consiste na entrega de nossas reservas naturais, mas uma alternativa viável ao desenvolvimento econômico do país, uma vez que o Estado não apresenta condições de arcar por si mesmo com essa despesa.

⁷⁵ *O Problema do Combustível Nacional*. Jornal do Brasil, 1 de setembro de 1949. Pg 5

Ao longo do período de 1949 até 1954 podemos observar que os artigos e editoriais escritos no JB, apresentaram uma série de argumentos, que podem ser sistematizados nas seguintes idéias:

1 - Presença de minerais de qualidade inferior no subsolo brasileiro. - À medida que este argumento foi sendo superado, através das descobertas dos primeiros poços, ele foi sendo substituído pelo da incapacidade financeira do Estado para realizar a exploração;

2 - Ausência de condições técnicas necessárias a exploração das nossas reservas minerais - Esse argumento vai estar associado às dificuldades e os gastos necessários ao treinamento, despesas essas que poderiam estar sendo empregadas na solução de problemas mais urgentes como o dos transportes, o do fornecimento de trigo;

3 - Déficit na balança comercial brasileira - Estava ligado à questão de que o petróleo tirado do subsolo brasileiro, só poderia suprir as necessidades internas, bem como ser exportado a longo prazo - o que agravaria cada vez mais este problema;

4 - Pequena produtividade de nossas refinarias que justifique um gasto por parte do Estado para a montagem de uma estrutura que permita a exploração de petróleo;

5 - Ausência de recursos por parte do Estado que permitam a compra da tecnologia necessária à montagem das refinarias brasileiras;

6 - A presença de uma infra-estrutura montada pela Standard Oil nas regiões do Oriente Médio, que permitiu o desenvolvimento tecnológico dessa região - Ao abordar este tema o jornal fala que a entrada da Standard Oil permitiria ao Brasil o um acesso rápido às tecnologias que necessita. Bem como seria beneficiada com uma rede de transportes de maior qualidade, uma vez que a Standard Oil precisaria melhorar o sistema de transporte nas regiões que estivesse explorando o mineral;

7 - Exemplos de países, como a Venezuela, que se encontram em um período de grande prosperidade econômica graças à presença do petróleo – O exemplo da Venezuela representa um ponto importante na questão uma vez que ele foi altamente difundido pelos monopolistas como exemplo de um país economicamente dependente e subordinados aos americanos, devido a essa exploração;

8 - Apresentação dos números de exportações e importações brasileiras como um elemento para justificar a crise econômica brasileira. - Esses números reforçavam de maneira mais clara os argumentos defendidos pelo jornal. Representavam uma estratégia que permitia ao leitor ter uma visão mais clara dos prejuízos econômicos ligados a exploração do petróleo. Chegamos a essa conclusão à medida que foi verificado que o número destas

matérias “*quantitativas*” aumentou consideravelmente após a criação da Petrobrás em 1953;

9 - O alto custo do transporte do petróleo bruto - Esse tema vai estar associado a uma série de reportagens que criticam a atitude do governo brasileiro de comprar dois navios petroleiros japoneses em 1950.⁷⁶

Para o JB, a entrada de capitais estrangeiros representaria uma verdadeira solução para os problemas econômicos nacionais. A Standart Oil forneceria os recursos, bem como criaria um verdadeiro aparato de produção e distribuição do petróleo. Ela criaria refinarias, estradas e ferrovias necessárias ao petróleo e importantes para o desenvolvimento econômico nacional.

A aceitação de ajuda econômica não representava uma entrega das riquezas nacionais, mas um meio temporário que permitiria ao Estado brasileiro captar recursos que permitissem o desenvolvimento nacional.

O JB defende a tese de que o Brasil não está em condições de continuar importando produtos básicos como o petróleo e o trigo. A importação desses produtos representaria um dos fatores que impediriam a estabilidade de nossa balança comercial.

Para ele, a solução do problema seria a produção interna do petróleo, mas isso não poderia ocorrer com o capital do estado, que para o JB é insuficiente para fazer frente a essas despesas. No entanto a ajuda estrangeira seria o elemento capaz de fornecer não só capital como a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento brasileiro.

⁷⁶ Os temas e argumentos citados acima são o resultado da pesquisa sistemática de editoriais e artigos do Jornal do Brasil, referentes ao tema do petróleo.

Ao citar o exemplo da Venezuela e do Oriente Médio o JB não está apresentado exemplos de países dominados por potências estrangeiras, mas sim de países que conseguiram superar suas dificuldades econômicas. Como podemos observar em um artigo publicado em cinco de julho de 1950, intitulado Festa Nacional da Venezuela:

“... devido aos feitos extraordinários de seu povo colocam-na mais alto entre os demais povos deste continente. País de economia sólida e bem orientada é uma das mais prósperas nações deste hemisfério desfrutando ao mesmo tempo de belas tradições culturais e realizações constantes em prol do ensino e da educação”.⁷⁷

Ao citar em seus artigos a questão da prosperidade econômica alcançada pela Venezuela, o JB estava utilizando uma estratégia semelhante aos nacionalistas, que usavam exemplos de países como a Argentina, que possuía monopólio estatal, para convencer os leitores da viabilidade de suas propostas. Acreditamos que esta estratégia tinha por objetivo fornecer exemplos que fossem mais palpáveis aos leitores do jornal.

Estes exemplos serviriam de sustentação para os diferentes argumentos. Isso nos permite concluir que o JB tinha em seus artigos uma preocupação de apresentar argumentos que fossem capazes de formar uma opinião pública que fosse favorável a proposta da participação do capital estrangeiro.

Em 1952, um artigo publicado por J. Menezes Moura, pretende analisar de maneira “imparcial” a questão e demonstrar a necessidade de uma exploração com a utilização de capitais mistos, brasileiros e estrangeiros. Diz ele:

“Diante dessa circunstância, que só antepõem poderosamente a tese do monopólio, logo nos acodem, tomando lugar dos slogans

⁷⁷ *Festa Nacional da Venezuela*. Jornal do Brasil 5 de julho de 1950

exclusivistas, às seguintes considerações: A) Na atualidade, somos duplamente dependentes das empresas petrolíferas estrangeiras vista que precisamos dos meios de produção para suas jazidas, na situação que persistirá até mesmo depois da utilização de toda frota de petroleiros e da instalação de todas as refinarias projetadas; B) Ora, nenhum cidadão que se deixe enlevar pelo lirismo em que se vai sonho monopolista, estado d'alma que é um maná para as mandíbulas do dragão vermelho; nenhum brasileiro que ouve a razão, no apreciar problemas de tais como o do petróleo, desertará entre as duas dependências, pois nada mais racional que optar pela primeira, dado o fato de quanto à segunda, já possuímos algumas jazidas de exploração e indícios de outras maiores.”⁷⁸

Ainda:

“Em suma: em vez de continuarmos dependentes do capital e do petróleo estrangeiros, ficaríamos apenas na dependência daquele, mas dentro do nosso próprio território e refreado por disposições contratuais acauteladoras dos nossos interesses e defendidos pela vigilância insone de uma opinião pública esclarecida e pugnaz.”⁷⁹

Conforme se pode constatar, os argumentos foram se transformando, a mediada em que a campanha evoluía. Os artigos começaram a apresentar um número cada vez maior de dados quantitativos referentes às taxas de importação e exportação. Isso nos leva à conclusão que o jornal tentou inserir argumentos concretos, de ordem econômica ao debate ideológico do petróleo - esses argumentos serviriam para corroborar ainda mais o discurso defendido pelo jornal, embora os argumentos anteriores não tenham desaparecido:

“A dívida externa decorrente do intercâmbio comercial convertida em dólar, monta à cerca de dois bilhões. Mostra em seguida, a precariedade de meios para dar combate a esse déficit na nossa balança comercial com o exterior. Alarma-se com o aumento do consumo de combustível, que é responsável pelo exagerado consumo das divisas. O petróleo e seus derivados entram com o seu peso para dobrar o prato da balança contra a nossa economia.

⁷⁸ MOURA, J. Menezes. *Nacionalismo Contra a Nação*. Jornal do Brasil, 2 de junho de 1952

⁷⁹ Idem

Chegamos a esta situação: há falta de energia elétrica, há falta de transporte, há falta de matérias primas para as indústrias, há falta até de peças para a manutenção dos equipamentos mecânicos e um sem número de objetos de consumo indispensável. Nos últimos anos, chegamos a importar gêneros alimentícios em volume jamais registrado na história republicana.”⁸⁰

É importante observar que, mesmo após a criação da Petrobrás em 1953, esses argumentos não desaparecem. Eles apresentavam cada vez mais dados econômicos, bem como teciam críticas mais diretas ao governo.

Nas páginas do jornal foi traçado um verdadeiro panorama da realidade nacional, onde o Brasil era um país em crise econômica e cujo déficit da balança comercial só poderia ser equilibrado com a diminuição das importações de petróleo.

A imagem do Brasil segundo o jornal é o de um país com grandes perspectivas de crescimento econômico, que tem sido impedido de avançar pelo medo de uma ameaça imperialista norte-americana. Como resposta a esse temor norte-americano, o jornal vai além da campanha do petróleo e tendo como base a Guerra Fria constrói um discurso que vai salientar o papel dos EUA como protetor da liberdade dos povos. Neste discurso vai aparecer a imagem do comunismo como o antagonista que teme o imperialismo e impede o desenvolvimento econômico do país, um verdadeiro “*dragão vermelho*”, prestes a devorar o desenvolvimento brasileiro.⁸¹

Neste contexto, vamos observar também a idéia de segurança nacional, associada a uma cooperação continental. Idéia que está inserida na política de Boa Vizinhaça dos EUA, onde a América deveria se unir para conter a ameaça comunista.

⁸⁰ *Panorama econômico Brasileiro*. Jornal do Brasil, 10 de dezembro de 1954

⁸¹ Referência retirada do supracitado artigo de J. Menezes Moura

Terceiro Capítulo

3 – Além da Campanha do Petróleo

3.1 – A Guerra Fria e a política externa brasileira

Finda a Segunda Guerra, a fase de cooperação entre os EUA e a União Soviética também chega ao fim. A reconstrução da Europa e a polarização mundial em duas zonas de influência política, contribuíram para o início da Guerra Fria e a construção de uma nova ordem mundial.

Desde a década de 20, os EUA vinham crescendo economicamente e estavam em busca de ampliar seu mercado externo. Para isso, o governo norte-americano criou um elemento fundamental que iria ajudá-lo em suas pretensões imperialistas: o cinema. O “*american way of life*” era a imagem de vida que a América Latina queria adotar.

Para criar essa imagem, o departamento de estado norte-americano investiu na propaganda e na pesquisa. Os EUA queriam conhecer a América do Sul. Intelectuais norte-americanos vinham ao país, bem como intelectuais brasileiros como Monteiro Lobato e Gilberto Freire foram aos EUA. Foi intenso o intercâmbio cultural entre estes países.

É neste período que temos no Brasil a visita de Walt Disney, o consagrado desenhista de “Branca de Neve”, o primeiro desenho a cores lançado no mundo e que teve grande aceitação pelo público brasileiro. Após sua visita, e dentro da “*boa vizinhança*” entre estes países, Walt Disney criou o personagem Zé Carioca, o

malandro brasileiro que iria compartilhar as aventuras do famoso Pato Donald, o marinheiro símbolo dos americanos, em alguns desenhos de Disney.

Além disso, nos EUA, Carmem Miranda, "*a pequena notável*", fazia sucesso no cinema norte-americano. O Brasil consumia e exportava cultura, exportava com limites, dentro do que os americanos queriam consumir.

Durante a Segunda Guerra, com a instalação de bases militares no país o intercâmbio cultural entre Brasil e EUA foi intensificado. Com o final da guerra os Estados Unidos ocupavam uma situação privilegiada no plano mundial. Eles eram credores de boa parte dos países da Europa, e estes dependiam dos investimentos norte-americanos para poderem reestruturar suas economias.

Além disso, os Estados Unidos tinham como vantagem o fato de seu território não ter sido afetado diretamente pelo conflito, não havia uma necessidade de gastos internos com a reconstrução de seu próprio território. Para os EUA, as perdas da guerra se converteram em elementos estratégicos para o papel que ele iria ocupar no plano mundial.⁸²

No plano político militar, os EUA detinham vantagens estratégicas. Com a guerra, eles haviam instalado bases aéreas e navais, além de exércitos em todos os continentes, bem como a bomba atômica - este era um elemento de grande influência estratégica: o medo da bomba em si era uma verdadeira arma da influência norte-americana.

Eles possuíam também grande parte dos bens materiais e das zonas periféricas de produção de matérias primas, sendo o Brasil um exemplo de país fornecedor de matérias primas. Esses bens eram necessários à reconstrução e a sobrevivência das populações da Europa e da Ásia Oriental.

⁸² VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente-. Petrópolis, RJ: Vozes,2004

A União Soviética, por sua vez, apesar do prestígio adquirido na guerra e da presença de grande parte de seus exércitos na Europa Oriental, era uma nação que se encontrava também em processo de reconstrução após o conflito. A URSS havia perdido 25 milhões de pessoas e sua economia havia sofrido grandes perdas. Neste sentido, podemos perceber que é um certo exagero afirmar que o conflito era entre duas grandes superpotências. A URSS só iria emergir como potência econômica algum tempo depois. Neste momento do pós-guerra, ela bem como a Europa lutava para reestruturar sua economia. No entanto a influência da URSS como uma ameaça, serviu como instrumento de coerção dentro do campo ideológico.

Os EUA utilizaram a Guerra Fria e o medo de uma terceira Guerra Mundial como uma verdadeira arma, política e ideológica. Isso ocorreu, principalmente nos países do Terceiro Mundo, onde os EUA buscavam ampliar sua área de influência, bem como ampliar a penetração de seus capitais.

Nestes países, a grande força da Guerra foi a ideológica. Neste sentido, conflitos como a Guerra da Coreia serviram de elementos para reforçarem ainda mais esta construção.

No livro *“A Era dos Extremos”* de Eric Hobsbawm, vamos encontrar um trecho que ilustra essa influência:

“Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais, que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados não pretendia atacar o outro, achavam difíceis não ser pessimistas.”⁸³

A doutrina Truman, de março de 1947, demonstra como os EUA construíram um discurso para legitimar a sua posição. Em um de seus trechos ele dizia que o

⁸³ HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o Breve século XX- 1914-1991*. São Paulo Companhia das Letras 1995.

objetivo dos EUA era o de apoiar os povos livres que resistiam às tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora.

Com isso, podemos concluir que a Guerra Fria representou uma verdadeira estratégia político-militar norte-americana que visava em um plano internacional conter os movimentos nacionalistas e esquerdistas que estavam surgindo após a Segunda Guerra Mundial. Eles buscavam integrar o mundo capitalista, que deveria se subordinar aos interesses norte-americanos.

Ela teve grande repercussão no Brasil. Representou um elemento que contribuiu para se somar aos debates referentes ao desenvolvimento econômico no Brasil.

No Brasil, durante o governo do presidente Dutra, este iria se alinhar à estratégia da Casa Branca de maneira incondicional. Em 1947, o governo brasileiro rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética e declarou a ilegalidade do partido comunista, cassando seus respectivos deputados. Essa atitude visava demonstrar o apoio brasileiro a luta contra o comunismo. Neste momento, podemos perceber que a imprensa brasileira vai contribuir para legitimar este medo de *“uma ameaça comunista”*.

Inserida nesta atitude, vamos encontrar uma tentativa de obter apoio econômico ao desenvolvimento industrial brasileiro, da mesma maneira que havia ocorrido com Volta Redonda.

No entanto, os interesses entre o Brasil e os EUA na área econômica eram opostos. Economicamente, o número de empréstimos concedidos à Europa eram muito maiores; não havia interesse por parte dos EUA de ganhar a confiança da América do Sul. Os Estados Unidos consideravam este território como sendo um aliado natural.

No entanto, para o governo brasileiro, o Brasil - antigo aliado durante a Segunda Guerra e atual aliado na luta contra o comunismo - deveria obter maiores vantagens comerciais.

Com isso, as negociações da política externa brasileira foram tensas neste período. A necessidade de empréstimos que garantissem o desenvolvimento e a independência econômica brasileira contrariavam os interesses dos EUA.

Ao final do governo Dutra, as concessões obtidas dos EUA foram muito aquém do esperado. Ao se alinhar de maneira incondicional a Casa Branca, havia uma expectativa de um apoio muito maior por parte dos EUA.

Com o segundo governo de Vargas e o acirramento dos debates nacionalistas as relações entre o governo brasileiro e o norte-americano passaram por diversas oscilações.

Neste governo, ao contrário do que ocorre no governo Dutra, não ocorreu um alinhamento incondicional aos EUA. Em seu governo, Vargas tentou barganhar com os EUA em busca de acordos comerciais mais vantajosos para o Brasil.

Essas atitudes eram o reflexo da demanda interna do país por uma transformação econômica. Para financiar o desenvolvimento das indústrias brasileiras era necessário obter empréstimos, desenvolver a balança comercial e adquirir tecnologia capaz de suprir estas deficiências.

Além disso, as novas indústrias necessitavam de bens de consumo intermediários que fossem capazes de supri-las de combustíveis. Com isso, a exploração do petróleo passou a ser um elemento prioritário. A diminuição das importações de petróleo traria equilíbrio a balança comercial brasileira.

Desta maneira, não vamos observar neste período um alinhamento incondicional. Na realidade, em alguns momentos, podemos perceber que havia uma tendência à criação de uma política externa mais independente.

As relações externas entre Brasil e EUA neste período foram interpretadas pela imprensa de acordo com o alinhamento político defendido por cada periódico. Isso se deve ao fato de que, neste momento, estavam surgindo no Brasil diferentes propostas de exploração do petróleo. E foi, principalmente através imprensa, que estes debates ocorreram de forma mais acirrada.

Os periódicos favoráveis ao monopólio do petróleo construíram um verdadeiro discurso de repúdio à penetração norte-americana no país. Por outro lado, a grande maioria da imprensa carioca via a entrada deste capital como uma solução aos problemas da balança comercial brasileira, embora essa entrada de capitais tenha sido interpretada de maneira particular por cada periódico.

Tendo em vista este quadro político, podemos observar a maneira como o JB interpretou esta questão, bem como construiu um verdadeiro discurso legitimador para embasar suas propostas políticas. Para o JB, a ajuda político-econômica dos EUA visava atender aos interesses nacionais. A penetração dos capitais norte-americana era apregoada, nas páginas deste jornal, como um elemento necessário ao desenvolvimento econômico-brasileiro.

Esse discurso terá como perspectiva a garantia da segurança nacional, graças ao controle de nossos recursos minerais e o medo de uma ameaça comunista.

3.2 – Além da Campanha do Petróleo: o Jornal do Brasil e a construção de uma opinião nacionalista

“Os inimigos da democracia querem induzir nosso povo a fazer o jogo da Rússia contra os EUA. A amizade tradicional entre Brasil e a América do Norte são uma das bases de segurança do continente Sul-Americano, nada mais interessante, portanto para o comunismo que abrir uma brecha neste sólido bloco de resistência”.⁸⁴

Inserido no debate da Guerra Fria e do medo de uma ameaça comunista, o JB atuou como um órgão de imprensa favorável à penetração do capital norte-americano. A campanha do petróleo ganhava cada vez mais espaço dentro das páginas deste periódico. Através dessa campanha, os jornalistas e colaboradores do jornal utilizavam estes artigos para difundir a idéia da cooperação entre Brasil e Estados Unidos.⁸⁵

A observação dos editoriais publicados ao longo da campanha demonstra uma orientação para a cooperação entre Brasil e EUA. Essa tendência passa gradativamente a ser uma verdadeira orientação da postura adotada pelo jornal.

No entanto, seus argumentos, apesar de favoráveis aos EUA e a uma política de apoio pan-americana, tinham características próprias, fruto da conjuntura política do país.

A postura defendida pelo JB fez com que ele fosse considerado, pelo grupo favorável ao monopólio, como “*entreguista*”. Ao mesmo tempo o grupo favorável ao monopólio se autodenominava de nacionalista, conforme já foi mencionado.

⁸⁴ *Interesse da América do Norte pelo Brasil*. Jornal do Brasil, Domingo, três de setembro de 1950.

⁸⁵ É importante observar que os artigos publicados dentro do jornal não eram sempre escritos por jornalistas. Exemplos são os artigos escritos por Meira Matos que era militar e favorável a participação de capitais norte-americanos na economia. Seus artigos aparecem freqüentemente no jornal ao longo da Campanha.

Assim, muitos textos que tratam da questão do petróleo mencionam o embate entre “*nacionalistas*” e “*entreguistas*”.

No entanto, é importante ressaltar que, diferente do que ocorreu com o grupo “*nacionalista*” onde houve uma direção mais definida com seus membros ligados em sua maioria a tese Horta Barbosa, os “*entreguistas*” convergiram em argumentos não sistematizados no mesmo formato dos nacionalistas.

Não havia um grupo político com uma tese definida, mas sim uma série de propostas diferentes de exploração de petróleo com o uso do capital estrangeiro. Foram elas, por concessão, sociedades mistas ou diretamente pela Standart Oil.

Compreender esta diversidade é muito importante para que possamos entender o JB com uma proposta para a exploração do petróleo. Embora esta proposta tenha alguns pontos em comum com as idéias do General Távora, o JB construiu uma opinião com características próprias.

Além disso, embora o JB tenha sido tachado de “*entreguista*”, este jornal não se reconhecia como tal. Para ele, a defesa de suas idéias correspondia à defesa dos interesses nacionais.

O discurso criado pelo JB ultrapassava a questão do petróleo. Em seus artigos, foram utilizados o argumento da Guerra Fria, da Cooperação Pan-Americana e a luta contra o comunismo como uma estratégia capaz de fornecer o embasamento necessário para fundamentar sua opinião.

É possível se ver artigos e editoriais publicados no jornal nos anos de 1949 a 1954 que representaram os momentos em que este debate atingia seu auge, consequência do final do governo Dutra e da intensificação das pressões norte-americanas no Brasil.

No ano de 1949, vamos encontrar no JB artigos que falam sobre os benefícios que a ajuda norte-americana poderia fornecer a economia brasileira.

Em 12 de agosto no editorial “*Países de economia retardada*”, vamos perceber que o JB parece enaltecer uma relação de amizade e cooperação entre o Brasil e os EUA. O artigo fala sobre a necessidade de estimular as relações econômicas deste continente, ressaltando a inclusão feita pelo presidente Truman no seu programa de governo da colaboração de seu país (EUA) com os países menos favorecidos, que não pudessem devido à falta de recursos financeiros explorar as matérias primas existentes no seu solo. O Brasil seria um ambiente propício não só através da exploração do petróleo e manganês como da necessidade de ampliar sua rede de transportes.⁸⁶

Por este editorial podemos perceber que o JB estava alinhado a uma idéia de que os EUA iriam contribuir para o desenvolvimento econômico-brasileiro.

Conforme já observamos, a idéia do Brasil como um aliado dos EUA era muito forte durante o governo Dutra. A criação de Volta Redonda trouxe uma série de expectativas em relação à exploração do petróleo.

Embora essas expectativas tenham sido frustradas pela pequena quantidade de investimentos norte-americanos no Brasil, estes foram interpretados de maneira particular pelo JB. Embora de maneira concreta não houvesse a perspectiva de uma ajuda econômica e técnica por parte dos EUA, o JB constrói a idéia que essa ajuda só não ocorre devido ao que o jornal chama de “*clima de desconfiança*” em relação aos amigos norte-americanos.

Com isso, nas páginas do jornal neste momento, não podemos notar este clima de frustração. Na verdade, o enaltecimento da ajuda norte-americana está

⁸⁶ *Países de Economia Retardada*. Jornal do Brasil, 12 de agosto de 1949

presente nos artigos do JB. Em suas páginas, ele vai gradativamente tecendo uma crítica aqueles que não acreditam na ajuda americana:

“Os que de propósito pretendem perturbar a obra de solidariedade magnífica existente entre o Brasil e os Estados Unidos hão de se sentir decepcionados com a notícia de que o governo do Presidente Truman resolveu a imediata concretização do ponto IV do Programa da América do Norte, programa esse que prevê ajuda técnica e financeira a países economicamente subdesenvolvidos.

A decisão do governo norte americano importa em despender com aquele objetivo 900.000.000 de dólares, soma da qual a metade caberá ao Brasil. Esse é o reconhecimento claro e eloqüente de a grande nação amiga compreende a ação desempenhada pelo Brasil no Hemisfério Sul, essa mostra pronta a nos acudir nas nossas necessidades e anseios de uma completa recuperação econômica. A importante soma de 450.000.000 de dólares, em cruzeiros 9000.00.000 poderá permitir a solução de alguns de nossos mais importantes problemas, como seja: a elevação do nosso poder hidroelétrico, o fomento da mecanização agrícola, a reorganização e ampliação do nosso precaríssimo sistema de transportes.

A solidariedade norte americana reafirma-se assim de maneira eloqüente, e com relação ao Brasil revela que nossos amigos não esqueceram os aliados da hora difícil, quando muitos passavam abertamente para o inimigo e alguns faziam o jogo covarde da neutralidade que Ruy condenava como o pior dos crimes.⁸⁷

Além disso, podemos notar que este artigo insere uma crítica ao atual governo de Vargas. Ao contrário do que ocorreu com o governo Dutra, não houve um alinhamento imediato com os EUA.

Essa suposta neutralidade associada à campanha pelo monopólio, fez com que o jornal fosse a partir do governo Vargas inserido em seus debates a questão da ameaça comunista.

Na necessidade de legitimação de seu discurso este Jornal começou a chamar os partidários do monopólio de comunistas.

No editorial “*Um nacionalismo que não é nosso*”⁸⁸ o editor do *Jornal do Brasil* questiona o nacionalismo monopolista, que, segundo ele, é aquele que se volta

⁸⁷ Diversas notícias: *Ajuda norte-americana*, sábado seis de janeiro de 1951

⁸⁸ *Um nacionalismo que não é nosso*. *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1952

contra o apoio norte-americano, que se levanta desconfiado, armado contra o desenvolvimento das nossas relações com os Estados Unidos. Este foi citado como o único país que atende de maneira amigável as necessidades nacionais, ao contrário da Rússia. O editor finaliza o artigo chamando este nacionalismo de uma camuflagem de um comunismo hipócrita de gente que não ousa qualificar-se de comunista.

Para o jornal, ao impedirem que o petróleo fosse explorado com o auxílio do capital estrangeiro, os monopolistas estariam tornando o Brasil mais frágil do ponto de vista da soberania nacional.

Em um artigo escrito por Meira Matos, em 1951, podemos observar o tratamento da problemática da soberania. Neste artigo, o militar defende que o domínio das reservas nacionais de petróleo é imprescindível para o país. Para ele, se na paz as grandes potências não podem prescindir de petróleo, na guerra, com maior razão, sua falta, cancelaria, a validade de qualquer iniciativa estratégica. Exército, Marinha e Aeronáutica, privados de gasolina, estariam imobilizados: obrigando um regime de racionamento exíguo deste combustível, seriam forçados a abandonar as melhores oportunidades estratégicas ou táticas e acabariam por perder a liberdade de ação, ficando condenados à derrota.

O medo da ameaça comunista vem acompanhado da construção de um verdadeiro imaginário em relação aos EUA.

O jornal constrói em suas páginas, a imagem de uma nação pacifista com grandes qualidades morais e cujo povo é dotado de qualidades nobres. Essa imagem não se restringe apenas aos editoriais passando também aos artigos. Aliada a essa imagem, a União Soviética aparece como um país mesquinho cujo objetivo é apenas difundir o comunismo, ao contrário dos “*solidários*” norte-americanos.

Outra estratégia utilizada pelo jornal foi a do enaltecimento da Venezuela como um exemplo de país que conquistou a independência através do petróleo. O enaltecimento da Venezuela teve um duplo papel, o de servir de exemplo de país cuja exploração foi vitoriosa - conforme já foi demonstrado - e o de reafirmar que a cooperação de capitais estrangeiros esta inserida nas novas necessidades da economia mundial.

No artigo “*Venezuela Progressista*”, o jornal enaltece mais uma vez este país como um exemplo de uma nação progressista. Para o jornal, o sucesso da pátria de Bolívar apenas demonstra que a opção de exploração de petróleo venezuelana corresponde verdadeiramente a um país que visa atender aos interesses nacionais.⁸⁹

Dentro da perspectiva do petróleo, vamos encontrar um artigo que fala da Revista do Clube Militar, um dos principais órgãos de imprensa responsável pela divulgação das idéias nacionalistas. Neste artigo, o jornal debate a questão da Guerra da Coréia, que provocou uma série de embates dentro da imprensa.

Durante a Guerra da Coréia, os EUA solicitaram ao governo brasileiro que enviasse tropas à Coréia para auxiliar os EUA na luta contra o comunismo. Durante um mês, foi travado um verdadeiro combate na imprensa, com opiniões favoráveis e contrárias ao envio destas tropas. Mas a grande repercussão ocorreu graças à posição assumida por alguns militares, que publicaram na Revista do Clube Militar, artigos contrários a intervenção norte-americana na Coréia.

Para o JB, o envio de tropas à Coréia corresponderia a uma estratégia natural, uma vez que o Brasil era considerado um aliado dos EUA.

⁸⁹ *Venezuela Progressista* Jornal do Brasil, 17 de maio de 1951

A atitude do Clube Militar de ser contrário ao envio destas tropas representou para o JB a demonstração de que havia dentro deste clube elementos favoráveis ao comunismo. Isso serviu de base para uma argumentação de repúdio ao comunismo:

“Também não sendo o *Club* uma associação cultural, não se justificaria, ainda por esse lado, a existência da revista como órgão de debates no plano literário, ou filosófico ou científico.

Mas o que há é que motivos imponderáveis acirraram os ânimos numa campanha de inexplicável repercussão na imprensa contra a referida revista.

A campanha do petróleo, por exemplo, serviu como pretexto no caso, porque se quer hoje, ligar, ao comunismo, como privilegia dos seus adeptos, a defesa da tese de que a exploração do petróleo deve ser estatal.

A Standart Oil e outros trustes assim não pensam e fazem sua propaganda, mas é, então de admitir que haja os que patrioticamente pensem ao contrário.”

De outro lado foi a própria autoridade pública que se negou a enviar as tropas para a Coréia outro objeto da campanha.

Não cremos a despeito da previsão dos oráculos da imprensa, que a cisão de pontos de vista dentro de uma instituição classes venha a repercutir no seio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica,

As instituições militares destinadas à defesa da pátria são instituições coesas que não se deixam afetar pela eventual discórdia de opinião pessoal.

Não se atribuam às forças militares intenções que não alimentam ou atos que não praticariam nunca.

Se há no país um instrumento, aliás, já aprovado em graves circunstâncias de comoção interna capaz de combater o comunismo, é exatamente a força armada, onde não há clima saudável para o comunismo.

Contra a ideologia devemos todos fazer em bloco a propaganda, por que o certo é que ela avança em extensão e profundidade pelo mundo.

Jamais, porém por esse processo em voga nalguns órgãos da imprensa, na suposição de que a unidade de espírito e ação das forças Armadas possa ser atingida por dissídios ocasionais entre seus membros.”⁹⁰

Ao reafirmar em suas páginas a questão de uma “*ameaça comunista*”, o jornal não está apenas reproduzindo o discurso norte-americano. A ameaça comunista representa um elemento a mais na construção do discurso político do jornal. Ela é

⁹⁰ *A Revista do Clube Militar*. Jornal do Brasil, 13 de setembro de 1951, seção 1 fl 6

uma resposta aos órgãos de imprensa nacionalistas que haviam construído a imagem do “*entreguismo*”.

Ao longo dos anos de 1950, podemos perceber como este argumento estava cada vez mais presente. A defesa do monopólio do Estado sobre as riquezas naturais brasileiras é demonstrada pelo jornal como uma reprodução da fala comunista.⁹¹

É importante frisar que a construção de um discurso legitimador por parte dos jornalistas do JB – seja este discurso da autoria destes jornalistas, orientado pela política dos donos do jornal, influenciado pelas idéias do general Juarez Távora ou pela idéia da cooperação pan-americana - foi elaborado a medida em que novas necessidades iam se apresentando. Ele foi sendo construído, concatenado aos acontecimentos do cotidiano. Quando estes criavam uma demanda por novas respostas, o Jornal tinha que atender a elas.

Conforme demonstrado, o discurso defendido pelo JB não seguiu uma trajetória linear. Basta citar como exemplo, o editorial “*Clima e Carvão de Pedra*” , onde o jornalista fala da péssima qualidade do carvão e do petróleo brasileiros -que seriam uma justificativa para permitir a exploração por empresas estrangeiras.⁹² Esse argumento foi superado a medida em que as descobertas de técnicos brasileiros e estrangeiros afirmaram a qualidade do petróleo brasileiro.

A dinâmica interna do jornal estava relacionada às transformações econômicas e sociais da sociedade na qual ele estava inserido. No entanto, a análise sistemática das fontes permitiu que pudéssemos ter acesso a base das opiniões defendidas pelo JB. Ela demonstra que apesar de ter se adaptado às

⁹¹ VIEIRA, Juvenal de Queiroz. O Petróleo e o capital estrangeiro 7 de fevereiro de 1952

⁹² *Clima e Carvão de Pedra*. Editorial publicado em 11 de agosto de 1949.

necessidades do cotidiano o jornal não perdeu ao longo da trajetória da campanha, seu discurso básico.

A criação da Petrobrás em 1953, não causou uma mudança no discurso do JB. Este continuou a defender que os Estados Unidos representavam os verdadeiros aliados à economia brasileira. Em dezembro de 1953, a pretexto de relatar a visita de um senador norte-americano ao Brasil, vamos encontrar um editorial que demonstra a continuidade do discurso do JB:

“O senador americano Capehart, que ora nos visita, e um homem que sabe, por meio de adágios bem pitorescos, dizer verdades que o Brasil precisava ouvir neste momento, quando uma parte de sois-disant intelectuais adiantados pretende restabelecer as relações comerciais com Moscou, como remédio aos nossos males econômicos.

Sobre esse aspecto do panorama nacional foi consultado o senador norte americano, que se limitou a dizer, entre baforadas de seu inseparável charuto: - o verdadeiro amigo não determina a pasta de dentes que seus amigos devem usar.

Em seguida, depois de varias digressões sobre outros assuntos, voltam a lhe perguntar o que acha desse movimento de aproximação com o leste europeu. O visitante deixa escapar outro provérbio, através do qual o seu pensamento escorre de modo claro e transparente: - Aquele que coçar as minhas costas, terá também as suas coçadas por mim.

Ora a Rússia nunca cocou as costas brasileiras; quem o tem feito ate hoje desde os tempos imemoriais, são os Estados Unidos, que tem sido o melhor comprador dos produtos brasileiros e os fornecedores de capitais de investimentos em atividades úteis e benéficas; são eles que colaboram tecnicamente para o nosso desenvolvimento econômico.

Não e possível que de um momento para outro o Brasil esqueça tudo isso, para ir cocar as costas do urso que jamais se importou conosco e que só se lembrou de nos para enviar para aqui as doutrinas subversivas, que são responsáveis por toda a sorte de inquietação e mal estar por que temos passado nos últimos tempos. Quando a Rússia se lembra de cocar as nossas costas ela acena com uma luva de pelica, atrás da qual esconde as garras do urso.”⁹³

Em 1954, no primeiro Editorial publicado no ano, parecemos encontrar uma resposta do jornal a criação da Petrobrás, em “*Ano Novo Novas Esperanças*”:

⁹³ *Verdades através dos Provérbios*. Jornal do Brasil, terça feira 1 de dezembro de 1954

“Na abertura do novo ano, rogamos a Providência que nos ilumine para que possamos continuar a lutar em prol das nobres causas, enfrentando o bom combate em favor do bem coletivo, que foi sempre o nosso objetivo, a maior finalidade dos que dirigem este jornal.

Que não nos faltem forças para prosseguir colaborando na comunhão dos homens de boa vontade, que não descramer ainda, apesar dos desenganos e decepções numeráveis, de que possa a Nação desembaraçar-se de suas crises e dificuldades, abrindo novas direções a sua caminhada, rasgando perspectivas menos sombrias do que as que seguiram os passos da nacionalidade durante os trezentos e sessenta e cinco dias do ano que chegou ao acaso sem oferecer uma clareira alentadora.

Que não nos falte disposição, que não nos adereça o ânimo, no novo período que se abre, para prosseguir colaborando com os que sabem colocar os interesses nacionais acima de suas competições pessoais e partidárias, ajudando-os a estudar e analisar com discernimento os problemas de nossos tempos, cuja complexidade desafia as inteligências mais argutas e iluminadas(...)⁹⁴

Os artigos, e principalmente os editoriais, publicados ao longo do mês de janeiro, demonstram como a criação da Petrobrás foi encarada de forma negativa pelo JB. Nestes artigos, o tema da cooperação interamericana retorna as páginas do jornal. No editorial “*Paradoxos da Cooperação Interamericana*”, o editor do JB fala a respeito de dois discursos proferidos por Vargas em um jantar de confraternização das forças Armadas.

Nestes discursos, Vargas teria mencionado a questão do Pan-Americanismo. O editor do JB considera o discurso de Vargas contraditório pela postura adotada no ano anterior de limitação imposta a participação de capitais estrangeiros na produção interna, principalmente no que se refere a um setor fundamental que é o petrolífero.

Para este editor, o cerceamento destes capitais prejudica o relacionamento amigável entre o Brasil e os EUA. Ele salienta que o sentimento nacionalista que impede que capitais estrangeiros penetrem na nossa economia, não impedirá o

⁹⁴ *Ano Novo Novas Esperanças* Jornal do Brasil, sexta-feira 1 de janeiro de 1954

governo de aceitar formar uma entidade militar que se propõe a lutar sob bandeira da integração americana para a defesa do território americano. Ele finaliza demonstrando mais uma vez a contradição da atitude tomada pelo presidente ao impedir a participação dos capitais norte-americanos.⁹⁵

Ainda em 1954, vamos encontrar um artigo que constrói uma imagem dos EUA como uma nação, que possuiu um povo cuja bondade é o reflexo da grandeza deste país:

“Por uma ironia do destino, a grandeza dos Estados Unidos tem gerado uma inveja e desta decorre injustificada campanha contra esta grande nação e, ainda menos justa contra o seu povo, que em tantos e tão aflitivos momentos tem se apressado em socorrer outros povos levando-lhes o conforto espiritual e a ajuda material.

País pacifista por excelência é hoje a maior potência bélica do mundo, ainda por uma ironia do destino, porque os seus aviões, seus canhões e suas belonaves se multiplicaram menos pelas ameaças que possa temer do que por um imperioso desejo de defesa dos mais fracos.

Não é possível, por isso mesmo falar neste povo sem recordar, por exemplo, o trem da solidariedade, que percorreu todo o território norte-americano angariando donativos para minorar os sofrimentos das crianças, na França ameaçada pela fome no após guerra.

Em cada Estado por que passou, o comboio magnífico, aumentou mais um vagão de viveres ou de agasalhos até se tornar o maior trem do mundo: maior na sua extensão e maior na sua significação.

E assim foi o comboio transportando integralmente por via marítima para a Europa, percorrendo todo o território francês, para deixar em cada comunidade, leite em pó, roupas, brinquedos e chocolates para os infelizes órfãos da guerra.

Quem não se recorda - E o Brasil está entre os beneficiários, dos relevantes serviços pela fundação Rockefeller, promovendo ajuda monetária para o saneamento das regiões paludosas em muitos países da Ásia, África e nas Américas?

E mesmo depois da guerra a organização das nações unidas por uma de suas agencias -O fundo Internacional de Auxílio a criança- cujo objetivo é promover o bem-estar dos adolescentes nos países devastados pelo último conflito mundial, vem remetendo leite em pó para 57 nações, o qual tem sido distribuído a 1 milhão de e 850 mil crianças. Essa mesma agência ajudou a fundar em 32 países 4250 centros de assistência à maternidade e presta auxílio a todos os

⁹⁵ *Paradoxos na colaboração Interamericana*. Jornal do Brasil, 5 de janeiro de 1954

governos que mantém programas especiais de recuperação das crianças física e mentalmente incapazes.

Vale salientar que a União Soviética é um dos poucos países que jamais contribuíram para essa meritória obra filantrópica. De onde se deduz que o comunismo só é internacional como credo político...

Mas se fossemos enumerar aqui todos os benefícios que os outros povos tem recebido através de instituições filantrópicas norte-americanas teríamos muito espaço na revelação de fatos bastante conhecidos.

O que é fora de dúvida é que o espírito de solidariedade dos americanos do norte é espontâneo, não traz a joça do exibicionismo dos que fazem bem por ostentação para fazer jus à popularidade.

Onde quer que esteja, por exemplo, uma unidade da Marinha de *Tio Sam* está sempre um amigo um irmão prestimoso nas horas difíceis. Nesse sentido, poderíamos citar centenas de episódios altamente dignificantes dessa solidariedade espontânea que, felizmente também nos caracteriza.

Focalizemos a propósito da segunda e recente visita que nos fez o porta-aviões "*Franklin Roosevelt*", um destes muitos fatos.

Achava-se a belonave norte-americana em manobras nas águas do Mediterrâneo, quando no dia 13 de agosto do ano passado, teve ordem de partir imediatamente e a toda força de suas máquinas para a ilha de Icnian na costa da Grécia. É que ali se verificava um dos mais desastrosos terremotos da história deste país.

Vinte quatro horas mais tarde a belonave alcançava o arquipélago, para desempenhar uma piedosa missão e lançava ferros na baía de Cephalonia por entre fumaça e desolação.

Toda sua tripulação se entregou devotamente à tarefa de desembarcar alimentos, roupas, água potável, combustíveis, equipamentos e até brinquedos para as crianças. Assim, durante três dias o poderoso porta-aviões fabricou dos seus próprios recursos 11 mil toneladas de pão fresco e desembarcou 180 toneladas de alimentos outros para atenuar os padecimentos da população atingida pela calamidade.

Esses fatos constituem o mais eloqüente desmentido as calúnias ao grande povo norte-americano do seio do qual em todas as épocas vozes inspiradoras sempre se levantaram para estimular a flâmula que tem sido assacadas contra(...)

Da independência nos espíritos daqueles seus vizinhos que estivessem ainda sob domínio estrangeiro.

Quanto à ação da Marinha norte-americana na Guerra é desnecessário fazer qualquer menção porque os fatos são de dias recentes..⁹⁶

Este artigo foi publicado no segundo caderno do jornal, na edição de domingo. O segundo caderno do jornal tradicionalmente se dedicava aos debates culturais, a apresentação de livros, contos e autores, bem como apresentava

⁹⁶A *Marinha de Tio Sam na Guerra e na Paz*, 31 de janeiro de 1954, matéria publicada na segunda seção do jornal

matérias moralizantes ligadas à religião católica. A notícia do desastre que ocorreu em 1953, parece apenas servir para ilustrar as boas qualidades dos militares norte-americanos. Um artigo que parece estar voltado para um público diferente dentro do jornal. Ao contrário dos artigos combativos, vamos observar uma história de solidariedade, dentro de uma seção que muitas vezes era muitas vezes voltada com matérias para um público feminino.

Conforme pode se observar, os artigos publicados no jornal buscavam legitimar a proposta político-econômica defendida pelo jornal ao mesmo tempo em que informavam aos seus leitores as notícias que ocorriam no Brasil e no exterior. Com isso podemos, a partir da observação do teor das matérias publicadas no JB neste período, observar as evidências da posição política deste periódico, bem como observar a forma com que estes se desenvolveram em face da opinião pública.

O JB defendia um alinhamento econômico com os Estados Unidos e a penetração destes capitais como um caminho viável ao desenvolvimento econômico. Dentro dessa ideologia, ele traçou uma imagem dos EUA como os grandes defensores da liberdade no mundo. Imagem que foi amplamente difundida pelo próprio departamento de Estado norte-americano e parece ter tido alguns elementos apreendidos e reproduzidos pelo jornal. Não podemos afirmar se este jornal atendia à uma requisição da opinião pública, se estava reproduzindo um discurso norte-americano ou se estava atendendo aos interesses de seus donos.

Este trabalho não pretende responder estas perguntas, mas demonstrar que ao longo deste período, ele apresentou e defendeu uma opinião, bem como construiu uma verdadeira ideologia no que se refere ao desenvolvimento brasileiro. Entender isso é importante para a releitura do papel ocupado pelo JB.

Conclusão:

Refletir sobre o tema da imprensa é uma tarefa atual; é necessária para aqueles que se dedicam à análise das questões políticas nacionais, bem como a própria história da imprensa. A imprensa permite que tenhamos acesso a um manancial riquíssimo de informações. Ainda há muito a ser feito e muito a ser pesquisado.

O próprio tema do *Jornal do Brasil* suscita ainda uma série de debates; é um tema atual na medida em que, nos dias de hoje, mais uma vez este jornal inova em seu formato: agora seguindo o modelo dos tablóides ingleses, com uma redução do número de páginas e um maior número de fotografias. Um novo caminho a ser seguido por um jornal que tem verdadeira tradição de “reformatar” os alicerces da imprensa brasileira.

O primeiro capítulo deste trabalho, através de um levantamento da historiografia de imprensa no país, explora o desenvolvimento da imprensa carioca até os anos 50, tendo como foco a história do JB. A partir daí é possível notar que o apodo de “popularíssimo” vem desde a gestão Mendes e Cia., época em que o jornal se declarava um mediador do povo, mas que também criou sua página cultural que contava com a contribuição de importantes intelectuais da época. Daí, podemos concluir que esse apodo poderia representar uma estratégia contra o jornal que se encontrava em processo de expansão econômica e que mesmo em momentos de crise encontrou formas de superá-la.

Essa observação permite identificar porque este jornal chegou a ser considerado um “*balcão de anúncios*”, bem como os fatores que levaram a essa estrutura, que em nada prejudicaram a qualidade do jornal.

O segundo capítulo se propõe a discutir a questão do petróleo e sua repercussão na imprensa, bem como apresentar a posição defendida pelo jornal. Ele teve como objetivo demonstrar a inserção deste periódico nos debates políticos que ocorreram no país, naquele momento.

O terceiro capítulo analisa a partir das matérias publicadas no jornal, que a campanha do petróleo apenas serviu de pano de fundo para um debate muito mais profundo, que ultrapassou a criação da Petrobrás: o alinhamento continental e o repúdio ao comunismo.

O jornal esteve envolvido em polêmicas políticas, contou com a presença de cadernos voltados à cultura e passou por crises econômicas, onde, para se manter, passou a publicar páginas policiais. Contou com um grande número de classificados em suas páginas iniciais até ser comprado pelo Conde Pereira Carneiro, que conseguiu reerguer economicamente o jornal.

A compra deste jornal por um empresário de grande porte apresenta um aspecto importante no seu entendimento. Conforme foi observado, os jornalistas do JB atribuíam ao Conde o mérito de dar novamente ao JB uma importância como órgão intelectual.

Nas páginas do jornal, vamos encontrar artigos escritos por Barbosa Lima Sobrinho, Gilberto Freire, Benjamim Costallat além de militares como Meira Matos. Concluímos que a presença destes indivíduos representa outro aspecto que demonstra que este órgão não se reconhecia como um “*balcão de anúncios*”.

Além disso, quando observamos os artigos escritos por Gilberto Freire e Barbosa Lima Sobrinho, vamos nos deparar com artigos “*neutros*”, sendo esta neutralidade entendida aqui, como artigos que não estavam envolvidos na questão do petróleo ou o alinhamento continental. Parece que estes artigos, escritos por intelectuais consagrados, tinham um duplo papel: o de reafirmar a postura declarada pelo Conde Pereira Carneiro de que o JB era um órgão de imprensa neutro e o de reafirmar o periódico como um “*verdadeiro*” órgão de imprensa e não um “*balcão de anúncios*”.

A presença de Gilberto Freyre, no entanto, dá novamente o encaminhamento à questão do alinhamento continental - embora em seus artigos isso não fosse debatido diretamente. Temos como colaborador deste periódico, um intelectual reconhecidamente americanista.

“*Nada é inocente*” - o Conde Carneiro, como empresário, deseja dar ao jornal um propósito mais amplo do que um “*balcão de anúncios*”. Os artigos escritos no JB estavam inseridos na postura política do jornal. Toda primeira seção do jornal parece estar voltada para reafirmar o alinhamento continental.

Desta maneira, considerar o JB como um jornal de classificados representa uma verdadeira redução do papel que ele representou neste momento. O JB foi um jornal de opinião, que soube inserir seus debates nos principais acontecimentos da primeira metade da década de 50.

Repensar o contexto e o desenvolvimento do jornal implicam em um aprofundamento dos estudos referentes à imprensa no Brasil. Este trabalho não se propõe a esgotar o tema, mas tem como objetivo abrir novas perspectivas e indicar novos caminhos para a compreensão deste periódico, que nas décadas de 30 até o

início dos anos 50 foi considerado um órgão de imprensa de menor importância do ponto de vista da formação da opinião pública.

Novas reflexões sobre a imprensa implicam enfim, na possibilidade de uma melhor compreensão de elementos que compõem a formação da opinião pública no país.

Ainda há muito a ser feito não apenas no que se refere à história do JB, mas à história da imprensa no Brasil.

Fontes

1- Editoriais e Artigos do *Jornal do Brasil* publicados entre os anos de 1949 até 1954.

2- **Távora**, Juarez. Petróleo para o Brasil. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1955.

Bibliografia

BIGNOTTO, Cilza Carla. *Monteiro Lobato e a infância na república velha*. In <http://www.unicamp.br/iel/memoria/>

BRANDI, Paulo Vargas. *Da vida para a História*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
História Geral da Civilização Brasileira 10, tomo III: O Brasil republicano. São Paulo, Difel (terceiro volume. Sociedade e Política-1930/64).

CARTOGA, Fernando. *Memória História e Historiografia*. Editora Quarteo, Primeira Edição Coimbra, Outubro de 2001.

CARVALHO, Getúlio, *Petrobrás: do monopólio aos contatos de risco*. Rio de Janeiro, forense universitária, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi..* São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque: 1808-1964: A História Contada por jornais e jornalistas, volume II*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

CORRÊA, Villas-Bôas. *Conversa com a Memória*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

COSTA, Cristiane. *Pena de Aluguel: Escritores jornalistas no Brasil de 1904 –2004*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro, verbete Petrobrás, in <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

FERREIRA, Marieta de Moraes, *A Reforma do Jornal do Brasil*. In: Abreu, Alzira Alves de (org) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp 141

HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o Breve século XX - 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HIPPOLITO, Lúcia. *PSD de Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira 1945-64*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

LOBATO, Monteiro. *O poço do Visconde*. Editora Braziliense.

LOPES, Antoni Herculano Lopes. *Do monarquismo ao populismo: O Jornal do Brasil na virada para o século XX*. In <http://nuevomundo.revues.org/document2239.html>

DIAS, Luciano de Mattos, Maria Ana Quaglini. *A Questão do Petróleo no Brasil - Uma História da Petrobrás*. Rio de Janeiro, CPDOC/SERINST- Fundação Getúlio Vargas - Petróleo Brasileiro S.A., 1993.

MATTELART, Armand. *Comunicação - Mundo Histórias das idéias e das estratégias*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994. (coleção horizontes da globalização).

MORAL, Javier Fernandes Ramires, Francisco Esteves. *Fundamentos de la información periodística especializada*. Editora Sínteses, Maio de 1996.

MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

MOREL, Marco: *Palavra imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DpeA, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem*. In D`Araújo, Amria Celina. *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro, Ed. FGV/EDUERJ, 1999.

RAMOS, Plínio de Abreu. *A Imprensa Nacionalista no Brasil In: Abreu, Alzira Alves de (org) A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp 63.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50. Tese de doutorado*. Rio de Janeiro, Eco, UFRJ 2000.

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas, volume 2: 1950-1954: o segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2001.

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas, volume 3: Agosto de 1954: a crise e a morte do presidente*. Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2001.

SÁ, Eliane Garcindo. *Petróleo e nacionalismo: a campanha pelo monopólio estatal no Brasil e a Revista do Clube Militar*. In: FRECHILLA, Juan José M. y ARNAL, Yolanda Texera. *Petróleo Nuestro y Ajeno: la ilusión de modernidad*. Venezuela, Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.

VARGAS, Natividad Abril. *Periodismo de opinión. Claves de la retórica periodista*. Editora Síntese, Maio, 1996

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)